

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL KIMIMO BOA VISTA



Seabra

2022

Agradecemos às nossas crianças por nos permitirem a experiência de junto a elas nos tornar melhores profissionais da Educação Infantil. Às famílias que acreditam no trabalho dos educadores de nossas escolas. Aos profissionais que fazem este trabalho acontecer (todos e todas que lidam direta ou indiretamente com as crianças) com muita responsabilidade e cuidado para com a infância. À gestão pública municipal por acreditar que a escola de Educação Infantil é de tamanha importância.

Deve-se brincar para ser feliz. Se você quiser brincar para aprender já não é mais brinquedo, porque o brinquedo tem um fim nele mesmo. Bola pra quê? Pra brincar de bola. Você brinca de peteca pra quê? Pra brincar de peteca, para passar pela experiência múltipla e extraordinária que é brincar de peteca. E por que brincar de roda? Porque é uma maravilha: mão na mão, esquecer quem é você, embarcar no sonho daquela hora... Brincar é isso aí. (Lydia Hortélio, 2008)

EQUIPE DE GOVERNANÇA MUNICIPAL

FÁBIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Prefeito

MARLON PINA LEITE - Vice-Prefeito

ALTAIR SÁ TELES - Secretário Municipal de Educação

EQUIPE TÉCNICA PEDAGÓGICA

LOURELI SAMPAIO TELES - Diretora Administrativa e Pedagógica

JORLIDIANE RODRIGUES NOVAES - Diretora Pedagógica

VAILMA MARTINS DE MEDEIROS N – Super. Pedagógica da Educação Infantil

IVONETE NASCIMENTO SOUZA RUFINO – Super. Pedagógica do Ensino Fundamental I

JAMILE ALVES DE SOUZA – Super. Pedagógica do Ensino Fundamental II

JULIETE BASTOS MACEDO - Coordenadora do Tempo de Aprende

VALDIRENE BRAGA DE OLIVEIRA – Coordenadora do CEMAEE

EQUIPE GESTORA ESCOLAR

BENEVALDA PIRES DOS ANJOS

Diretora Escolar

VANUZIA BATISTA ALVES NOVAES

Vice-diretora Escolar

JANARA LUIZA PAIVA BOTELHO OLIVEIRA

Coordenadora Pedagógica

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
IDENTIFICAÇÃO.....	7
MISSÃO.....	19
OBJETIVO E PRINCÍPIOS.....	20
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	21
VISÃO DE CRIANÇA, INFÂNCIA E ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....	22
VISÃO DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	26
COMO ACOMPANHAMOS AS EXPERIÊNCIAS DA INFÂNCIA.....	31
EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	34
A DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA.....	37
O BRINCAR E AS INTERAÇÕES COMO EIXO ESTRUTURANTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	44
O TRABALHO COM E A PARTIR DO NOSSO REFERENCIAL CURRICULAR.....	47
METODOLOGIA: CONCEPÇÃO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM.....	51
UMA ESCOLA PÓS PANDEMIA DE COVID-19.....	57
RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA.....	60
TRANSIÇÕES INTERNAS E EXTERNAS: COMPARTILHANDO REGISTROS, FAVOREÇENDO AS TRANSIÇÕES.....	63
A ESCOLA QUE SONHAMOS.....	69
O PLANO DE TRABALHO DAS CRIANÇAS.....	71
REFERÊNCIAS.....	

APRESENTAÇÃO

O atendimento à faixa etária de 0 a 6 anos Educação Infantil - constitui-se, desde a promulgação da atual LDBEN – Nº 9394/96, como a 1º etapa da Educação Básica, seguida pelo Ensino Fundamental e Médio. Neste sentido, a expressão Educação Infantil busca integrar o atendimento a esta faixa etária, rompendo com a raiz assistencialista, histórica na modalidade de atendimento à creche, ou com o viés preparatório, tradicional no ensino pré-escolar.

Assim, o conceito de criança de 0 a 6 anos como sujeito de direitos, reconhecido na Constituição Federal de 1988 e fortalecido no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei 8069/1990, garante a titularidade do direito ao atendimento em creches ou pré-escolas às crianças, sendo que, independente da denominação dos estabelecimentos, é responsabilidade destes oferecer cuidado e educação, de forma intencional e sistemática.

O Projeto Político Pedagógico da instituição educacional é que transmite esta intencionalidade, ferramenta essencial para o atendimento de qualidade. Para Nós da Escola de Educação Infantil Kimimo Boa Vista, a construção deste documento torna-se relevante, principalmente por se tratar de uma primeira escrita, do primeiro registro construído por várias pessoas cujas experiências se somaram viabilizando a unificação desta proposta, respeitando as individualidades trabalhando para o bem comum de nossa comunidade escolar.

O documento teve início proposto em 2021, com reuniões e participação da comunidade escolar, através de diálogo sobre a importância do PPP para a instituição, sendo retomado em 2022 e com a finalidade de ser um documento norteador para a instituição escolar.

Ao se apresentar este documento, não se pretende esgotar sua discussão, este tem como função ser dinâmico, passível de alterações de acordo com as necessidades no decorrer da prática, os objetivos traçados serão alcançados e outros surgirão. Este documento armazena os primeiros dados que visam nortear toda a prática pedagógica e ação educativa da escola. Foi elaborado com a participação coletiva e com grande número de informações coletadas na comunidade. Contendo poucos dados anteriores, este projeto traz posicionamentos e reflexos atuais.

IDENTIFICAÇÃO

Escola Municipal de Educação Infantil Kimimo Vista, localizada na rua Abel Gonçalves Xavier S/N, Bairro Boa Vista e Escola Municipal Joana Angélica no Povoado Prata de Cima, na cidade de Seabra-Bahia, mantida com os recursos do Governo Federal, FUNDEB e administradas pela Secretaria Municipal de Educação com CGC 04.596.799/0001-81.

Equipe Dirigente:

Diretora: Benevalda Pires dos Anjos

Vice – diretora: Vanuzia Batista Alves Novaes

Coordenadora Pedagógica: Janara Luiza Paiva Botelho Oliveira

Níveis e modalidades de ensino:

Educação Infantil – matrícula de crianças de 3 anos e meio, 4 anos e cinco anos

Espaço Físico: 03

Kimimo Boa Vista	Nº	Joana Angélica	Nº
Salas de aula	07	Salas de aula	01
Banheiros	07	Banheiros	01
Cantina	01	Cantina	01
Pátio	02	Pátio	01
Almoxarifado	01	Almoxarifado	00

Secretaria	01	Secretaria	00
Espaços	02	Espaços	01

Total de salas de aula: 08

A escola Kimimo Boa Vista funciona em dois espaços residenciais alugados. A escola Joana Angélica na sede da Associação Comunitária da Prata de Cima, também alugada.

Escola de Educação Infantil Kimimo Boa Vista		
Salas	Turnos	Total/turmas
Grupo 3,6	Vespertino	02
Grupo 4	Matutino	04
Grupo 4	Vespertino	03
Grupo 5	Matutino	03
Grupo 5	Vespertino	02

Escola Municipal Joana Angélica		
Salas	Turnos	Total/turmas

Grupo 4	Matutino	01
Grupo 5	Vespertino	01

Número de turmas: 16 no total.

Escola de Educação Infantil Kimimo Boa Vista			
Turmas	Turnos	Total/turmas	Números de alunos
Grupo 3,6	Vespertino	02	22
Grupo 4	Matutino	04	49
Grupo 4	Vespertino	03	38
Grupo 5	Matutino	03	45
Grupo 5	Vespertino	02	28

Escola Municipal Joana Angélica			
Turmas	Turnos	Total/turmas	Números de alunos
Grupo 4	Matutino	01	13

Grupo 5	Vespertino	01	16
---------	------------	----	----

Números de alunos: Total 211 alunos

Escola de Educação Infantil kimimo Boa Vista					
Turma	Turno	Professor(a)	Menino	Menina	Total
Grupo 4	Matutino	Queila	10	5	15
Grupo 4	Vespertino	Queila	8	7	15
Grupo 4	Matutino	Eugenia	5	6	11
Grupo 4	Vespertino	Eugenia	6	5	11
Grupo 4	Matutino	Leia	6	6	12
Grupo 4	Vespertino	Leia	5	7	12
Grupo 5	Matutino	Zuleica	7	8	15
Grupo 5	Vespertino	Zuleica	3	12	15
Grupo 5	Matutino	Fátima	7	6	13
Grupo 5	Vespertino	Fátima	8	5	13

Grupo 5	Matutino	Gessica	8	9	17
Grupo 3,6	Vespertino	Gessica	5	6	11
Grupo 4	Matutino	Sirleide	5	6	11
Grupo 3,6	Vespertino	Sirleide	6	5	11
Matutino					94
Vespertino					88
Total					182

Escola Municipal Joana Angélica					
Turma	Turno	Professor(a)	Menino	Menina	Total
Grupo 4	Matutino	Isa Cristina	5	8	13
Grupo 5	Vespertino	Isa Cristina	9	7	16
Total					29

Quantidade de recursos humanos

Escola de Educação Infantil Kimimo Boa Vista

Função	Número	Carga Horária
Aux de Cantina	01	40 h
Auxiliar de ensino	07	40 h
Coordenador pedagógico	01	40 h
Cuidadora	04 01	40 h 20 h
Diretora	01	40 h
Limpeza	03	40 h
Merendeira	01	40 h
Porteiro	02	40 h
Professora de AEE	01	40 h
Professores	07	40 h
Vice – diretora	01	40 h
Vigilante diurno	01	40 h
Número de funcionários	31	

Escola Municipal Joana Angélica		
Função	Número	Carga Horária
Auxiliar de ensino	01	40 h
Limpeza	01	40 h
Merendeira	01	40 h
Professores	01	40 h
Número funcionários	de 04	

Direção

Equipe	Função de 40h	Situação	Formação
Benevalda Pires dos Anjos	Diretora	Efetiva	Pedagogia, psicopedagogia e Gestão
Duscinelia Maria dos Anjos Prazeres	Prof. de AEE	Efetiva	Graduação: Pedagogia. Pós em Política do Planejamento Pedagógico, Didática e Avaliação e em Gestão Escolar e Educação inclusiva
Janara Luiza Paiva Botelho Oliveira	Coordenadora	Efetiva	Graduação: Letras e Pedagogia. Pós em Psicopedagogia e Gestão Escolar,

			Mestranda em Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas
Vanuzia Batista Alves Novaes	Vice-diretora	Efetiva	Graduação: Pedagogia. Pós em Política do Planejamento Pedagógico, Didática e Avaliação e em Gestão Escolar

Professor/Turma/situação/formação

Escola de Educação Infantil Kimimo Boa Vista			
Nome	Turma	Situação	Formação
Eugenia de Oliveira Souza Oliveira	Grupo 4	Contrato temporário	Pedagogia, psicopedagogia e Didática em Avaliação
Géssica Moura Oliveira	Grupo 5 e 3,6	Contrato temporário	Pedagogia e pós em neuropsicopedagogia
Léia Vieira Brandão	Grupo 4	Efetiva	Pedagogia e pós em Educação física
Maria de Fátima dos Santos	Grupo 5	Efetiva	Pedagogia e pós em Língua e literatura
Queila Maiane dos Anjos	Grupo 4	Contrato temporário	Letras Vernáculas complementação Pedagógica, Educação Crítica cultural e música
Sirleide da Silva Amorim	Grupo 4 e 3,6	Contrato temporário	Pedagogia em andamento
Zuleica Mara Brandão dos Santos	Grupo 5	Contrato temporário	Pedagogia e Psicopedagogia

Escola Municipal Joana Angélica

Nome	Turma	Situação	Formação
Isa Cristina Santana Sá Teles	Grupo 4 e 5	Contrato temporário	Pedagogia e pós em Psicopedagogia

Auxiliar sala de aula

Escola de Educação Infantil Kimimo Boa Vista		
Nome	Turma	Situação
Ana Clara Gomes Santos	Grupo 5	Contrato temporário
Geane Araujo dos Anjos	Grupo 4 e 3,6	Contrato temporário
Janete Barbosa Ourives de Souza	Grupo 5 e 3,6	Seletivo
Maili Sá Teles dos Anjos	Grupo 4	Contrato temporário
Maria Tânia Macedo Neto	Grupo 4	Efetiva
Miriam Sá Teles dos Anjos	Grupo 4	Efetiva
Uilania de Fátima Xavier dos Santos	Grupo 5	Contrato temporário

Escola Municipal Joana Angélica		
Nome	Turma	Situação
Vanessa Sirino Mendes	Grupo 4 e 5	Contrato temporário

Apoio

Escola de Educação Infantil Kimimo Boa Vista		
Nome	Função de 40 hs	Contratação
Edelite Rosa de Souza	Portaria	Efetiva
Enare Silva dos Santos	Merendeira	Contrato temporário
Erica Souza da Silva	Aux. de limpeza	Contrato temporário
Guilherme Souza Almeida	Vigilante diurno	Contrato temporário
Ileide dos Santos Ribeiro	Aux. de limpeza	Contrato temporário
Lislei dos Santos Jorge	Secretaria	Contrato temporário
Luciene Alves Picolini	Aux. limpeza	Contrato temporário
Sidneia Almeida Pinto	Aux. de Cantina	Efetiva
Tassio Souza Pinto	Portaria	Contrato temporário
Viviane Pinto da Silva	Merendeira	Efetiva

Escola Municipal Joana Angélica		
Nome	Função de 40 hs	Contratação
Enare Silva dos Santos	Merendeira	Contrato temporário
Ileide dos Santos Ribeiro	Aux. de limpeza	Contrato temporário

Cuidadora

Nome	Função/Carga Horária	Situação
Audeir Rosa de Souza	Cuidadora 40 h	Contrato temporário
Isabela de Macedo dos Anjos	Cuidadora 20 h	Contrato temporário
Luciene de Jesus Alves	Cuidadora 40 h	Contrato temporário
Mara Luana França de Araújo	Cuidadora 40 h	Contrato temporário

MISSÃO

No artigo 29, a LDB (1996) determina que a educação infantil, sendo a primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 2011)

Nessa perspectiva, as instituições de Educação Infantil têm como princípio garantir o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança e respeita a temporalidade como sujeito histórico que tem direito ao cuidado e à educação.

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir a criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimento e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade à confiança, ao respeito, à dignidade, a brincadeira, à convivência e a interação com outras crianças. (BRASIL, CNE/CEB, 2009, p.2)

Essa escola percebe a educação como um processo contínuo de formação pelo qual o ser humano passa desde o nascimento a partir da interação com o outro e com o meio. Nesse sentido, prevê a ação e interação nos contextos históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos de uma sociedade, resultando em um sujeito pertencente a uma realidade e propicia conhecer, fazer, viver junto e ser (BRASIL, 2013).

A mesma entende a Educação Infantil como uma educação para o coletivo, valorizando os momentos livres, para brincar, estabelecer elos afetivos indispensáveis na estruturação da personalidade sadia e feliz e na formação de suas identidades. (Brasil, 20013).

Para essa escola a criança, centro do planejamento curricular, de cultura própria, de direitos, em desenvolvimento que vivencia seu momento histórico com a família, a sociedade e a escola, sujeitos da aprendizagem, pensadores, leitores, escritores e questionadores do funcionamento dos instrumentos da cultura, do mundo e da vida.

Enfim, a nossa grande missão é fazer da nossa escola um ambiente acolhedor e seguro para ser criança, para se viver a infância, onde se brinca, onde as falas, expressões e choros são considerados, onde se corre, se dança, se canta, se pinta, se desenha, se fotografa, se lê, se escreve, na relação com o espaço, tempo e materiais, com adultos e especialmente com outras crianças.

OBJETIVO E PRINCÍPIOS

A Escola de Educação Infantil Kmimo Boa Vista tem como objetivo desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, confiante em suas capacidades e percepção de suas limitações, assim tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, constituindo – se no alicerce para o pleno desenvolvimento do educando complementando a ação da família e da comunidade. Para o desenvolvimento integral da criança na faixa etária de 0 a 6 anos, torna-se imprescindível a indissociabilidade das funções de educar e cuidar. (LDB/96 artigo 29).

O projeto pedagógico se constitui em um grande desafio para o sistema educativo como um todo, que deve pensar a aprendizagem não apenas na dimensão individual, mas de forma coletiva.

O Referencial curricular nacional para a educação infantil (BRASIL, 1998) constitui-se em um conjunto de referências e orientações didáticas, trazendo como eixo do trabalho pedagógico “o brincar como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil e a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma” (p.13). Isso significa assegurar o atendimento às necessidades básicas de desenvolvimento sócio afetivo, físico, intelectual e, ao mesmo tempo, garantir o avanço na construção do conhecimento, mediante procedimentos didáticos e estratégias metodológicas adequadas às necessidades de todas as crianças

OBJETIVO ESPECÍFICOS

- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- Estabelecer vínculos afetivos e de troca entre adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- Demonstrar atitudes, estabelecendo e ampliando cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista, interagindo com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente,
- Valorizar atitudes que contribuem para sua conservação;
- Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas idéias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
- Conhecer algumas manifestações culturais, de interesse, respeito e participação, valorizando a diversidade;

VISÃO DE CRIANÇA, INFÂNCIA E ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Criança é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Esse é o conceito de Criança que perseguimos neste município de Seabra-BA há muitos anos. Para isso, garantir que as crianças possam viver seus direitos em segurança e respeito nos espaços da instituição escolar é ato de constante formação de diretores e diretoras escolares, coordenadoras e coordenadores pedagógicos, professoras e professores, auxiliares de ensino e cuidadoras/cuidadores, por meio da formação continuada assegurada pela Secretaria Municipal de Educação sob a responsabilidade da Equipe Técnica Pedagógica.

Pode parecer óbvio em pleno século XXI o lugar que ocupa essa criança na sociedade, porém, para compreender o porquê na escola e neste documento precisa tombar o conceito da infância basta voltar na visão de criança e de infância que já existiu:

Etimologicamente, a palavra deriva do latim *infans*, ou indivíduo que ainda não fala. Durante a maior parte da história, essa concepção não carregava valores e significados otimistas nem o sentido de promessa de um futuro. Ao contrário, era frequentemente associada à falta, à ignorância ou parvalhice e, não raramente, andava lado a lado com a ideia da morte. Isso porque, até o final da Idade Média e ainda no início da Idade Moderna, a taxa de mortalidade infantil era, de fato, muito alta. (RC CHAPADA DIAMANTINA E REGIÕES. ANOS INICIAIS. p. 20. 2020)

É recente a concepção do lugar da infância livre da consideração da criança como miniatura de adulto ou como sujeito desprovido de saberes. Somente no século XX a criança teve o direito à escola desde pequena, sendo essa instituição ocupada naquele momento em cuidar, ainda sem ter a devida importância nem pela família e nem pelo Estado para com a preocupação da criança viver experiências neste espaço.

O RC Municipal de Educação Infantil diz que a criança é sujeito em construção, pessoalmente envolvida com o próprio processo de aprender e de se desenvolver na interação com a cultura representada pelo outro. Na relação com o outro, ela vive

processos de diferenciação e identificação que lhe permitem reconhecer-se na sua identidade de gênero e étnico-racial. É também pelo outro que a criança ingressa no mundo da linguagem, por meio da qual pode compreender, representar e agir, modificando o entorno ao mesmo tempo que é alterada pelo seu meio.

Se é criança até 12 anos de idade segundo a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Porém as condições nas quais as crianças vivem, determinam sua infância. Por exemplo, as crianças cujas culturas seguem compreendendo normal, ou mesmo pelas condições financeiras da família, que é necessário trabalhar e, por isso, estas são obrigadas a abandonar a escola e se dedicarem à uma carga horária de serviço, conseqüentemente perdem o tempo da infância para brincar, para criar seus próprios enredos imaginários, perdem de explorar o mundo, de viver as interações com crianças da mesma idade, maiores e menores. Dito assim, é certo que todas são crianças, porém, ter infância representa viver esse período de ouro no qual o brincar é seu maior direito: o brincar em segurança.

Segurança para a criança também representa poder dormir o tempo necessário, ter alimentação adequada, ter moradia, ter liberdade de falar e de ser ouvida, ser respeitada por sua família e pela escola e estar livres de agressões de todas as espécies: simbólica, sexual, verbal, física, etc. Esses também são direitos assegurados em documentos oficiais, mas que, infelizmente, estão longe de uma parcela enorme de crianças do nosso país.

Sabendo que o brincar é um direito da infância, é válido lembrar que a criança é herdeira de bens culturais. A criança recebe esse bem e o produz também para as próximas gerações, por isso mesmo é que os enredos das brincadeiras, as músicas, os brinquedos estruturados e não estruturados são diferentes de acordo com a cultura e com o tempo.

O desenvolvimento infantil se dá, portanto, mediado pela linguagem numa dada cultura que lhe apresenta possibilidades de singularizar seu pensamento e seu desenvolvimento físico e emocional, atravessados pela brincadeira, principal forma de toda criança estar no mundo, apropriar-se, transmitir e de produzir culturas infantis. (RC DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA CHAPADA DIAMANTINA E REGIÕES. P. 19. 2020)

É comum a escola resgatar por meio de projetos didáticos as brincadeiras e os brinquedos de “antigamente”, com o objetivo de que as crianças conheçam como outras crianças brincavam há 30, 40, 50 anos. No entanto, a cada vez que se resgata, este sofrerá as transformações de um tempo e cultura diferentes. É importante que as crianças conheçam como seus pais brincaram ou seus avós, mas é de suma importância que exista o respeito às situações de um tempo e cultura atuais, produzidas por crianças desse momento e que necessitam entrar na escola, com a devida consciência dos educadores de que essa é uma produção cultural tão importante quanto a de outrora.

A concepção de Educação Infantil, segundo o Referencial Curricular Municipal, assume o cuidar e o educar como ações indissociáveis; a articulação da instituição com as famílias; o brincar como direito da infância; a responsabilidade para com um currículo que considere a infância; como também, a consciência de que existem crianças que pertencem a diferentes contextos culturais como quilombola, indígena e outros, assim, como existem crianças cuja cultura é marcada pelo meio geográfico que vivem: rural ou urbano e que também são distintos os costumes se considerarmos a formação dos bairros dentro dessa mesma cidade.

Na primeira etapa da Educação Básica, denominada Educação Infantil, as matrículas estão voltadas para crianças de berçário até 5 anos e 11 meses e tem como eixo central da citada etapa as interações e brincadeiras, como também é nesse período que devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver, a saber: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se, os quais estão abertos em campos de desenvolvimento e aprendizagem: O eu, o outros e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Fala, escuta, pensamento e imaginação e; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Aqui nesse Projeto Político Pedagógico é imperativo destacar que essa escola se filia a uma visão de criança que vive sua infância e que tem espaço para aprender diferentes linguagens, próprias de uma sociedade na qual estas estão postas, não adotando a fragmentação da realidade, ou seja, aquelas situações nas quais as práticas aqui vividas sejam escolarizadas, ou ainda, práticas nas quais só existam dentro desse espaço. Para isso, contam com este Projeto Político Pedagógico e com

o Referencial Curricular Municipal para garantir o trabalho do professor de abrir largamente ambientes de leitura com as crianças, com materiais, livros físicos ou digitais de qualidade, espaços de cantos de atividades diversificadas (nos quais as crianças criam enredos de faz-de-conta, vivem diversos papéis, tem liberdade de experimentar sensações, etc), experiências em torno das culturas do escrito, dos conhecimentos matemáticos, da fruição artísticas e muitas outras experiências que abarcam a rotina estruturada por profissionais graduados nessa área de atuação.

Visão de alfabetização na Educação Infantil

O tópico remete a pensar em, pelo menos, três partes para estruturar a nossa identidade, função maior de um Projeto Político Pedagógico": 1. O que é visão; 2. De qual alfabetização estamos falando e; 3. Como falar de alfabetização na Educação Infantil. Por visão, entende-se ato ou efeito de ver. No contexto de um PPP a visão determina como, neste momento, as lentes enxergam determinado conceito articulando sua teoria com a prática. Os pontos 2 e 3 serão dialogados abaixo de tal forma que seja importante a todos os educadores dessa escola e quem vier a fazer parte, inteirar-se sobre concepção de criança que vive experiências também de leitura e escrita na instituição de Educação Infantil.

Um passo atrás – ajuda a localizar essa escrita atual – vai revelar uma aversão encontrada em documentação e no corpo de educadores por todo o país quando se trata de compreender como importante, necessária, possível e oportuna as vivências das crianças com a leitura e a escrita. Também é ainda arraigado e muito bem enraizada a concepção de que quando as crianças na etapa de Educação Infantil tiverem contato com a leitura e a escrita, estas precisam ser por meio das menores partes que compõem a escrita de uma palavra ou os sons da mesma: a letra. Tudo isso porque existia e existe uma crença de que se forem dadas às crianças oportunidades para ler e escrever na escola de Educação infantil, estará tirando delas o direito de brincar e imperando nessas ações a escolarização.

A pergunta segue cristalizada há muitos anos: pode alfabetizar na Educação Infantil? Existe idade certa para isso? Temos essa responsabilidade para com o Ensino Fundamental?

Então faz sentido entendermos de qual alfabetização estamos falando: segundo Zen (apud, 2022) “[...] estar alfabetizado é ter condições de participar de práticas de escritas comuns da nossa sociedade. É poder se encontrar com a leitura de um livro e emocionar-se, o mesmo com um poema ou obra de arte”, é ter acesso aos textos que circulam na sociedade para servir às pessoas de alguma forma, é dizer por escrito para dar conta de uma necessidade, é entender que a linguagem tem diversas nuances e que nem tudo que um texto traz está exatamente escrito nas linhas

que o compõe, mas também nas lacunas que este deixa para o leitor completar com sua própria história e experiências leitoras.

Sendo assim, será que tem idade, dia e hora marcada para começar a alfabetização? Ou ainda, será que tem uma idade certa para concluir a alfabetização? Essa pergunta sobre idade certa e sobre aprender a codificar primeiro (alfabetização) e entender depois (letramento) foi feita a Ferreiro (2013) e a resposta da estudiosa argentina foi “Falo de alfabetização simplesmente. A que corresponde ao nosso espaço e tempo”. Por isso, saber qual tempo e espaço estamos é fundamental para compreender o sentido do que e do como ocorre a alfabetização e isso não é definido pela idade e nem pela etapa de escolarização, isso é definido pelos instrumentos e funções da escrita e da leitura em nossa sociedade, como também pela decisão política que um município e uma escola assumem em sua documentação.

Para os educadores que leem esse Projeto Político Pedagógico é importante saber que a alfabetização entendida por meio de métodos de ensino de letra por letra e sílaba por sílaba, aquela na qual a criança aprende a ler a palavra e só depois a compreender o que leu, com certeza, não deu conta de mudar os números de não alfabetizados que temos. Por isso, o que se implementa como decisão nesse PPP vai além de saber escrever o próprio nome e de ler sem compreensão.

É preciso pensar na alfabetização para este mundo contemporâneo, e, neste, Ferreiro (2013. p. 16) enfatiza: “[...] estamos imersos em uma das maiores revoluções que já foram produzidas na história das práticas de leitura e escrita, na produção e circulação dos textos, na própria ideia de texto e de autor. A alfabetização escolar deverá levar isto em conta porque a distância entre as práticas tradicionais, por um lado, e as solicitações sociais, bem como as expectativas juvenis e infantis, por outro, está tomando proporções abismais.”

E como se alfabetiza na Educação Infantil e qual a responsabilidade dos educadores desse segmento frente ao direito que as crianças têm de viver experiências leitoras e escritoras neste período?

O Referencial Curricular da rede (elaborado de 2018 a 2020 com a participação dos educadores e educadoras de Seabra), traz a perspectiva da criança de creche e

de pré-escola vivenciarem boas situações de leitura e de se apropriarem das culturas do escrito neste percurso:

As crianças pequenas têm o direito, desde muito cedo, de acessar todo o potencial expressivo de sua própria língua. Não é esperado que sejam alfabetizadas até o final da Educação Infantil nem se deseja antecipar conteúdos do 1º ano e abreviar, conseqüentemente, a experiência lúdica da infância. Isso não significa, entretanto, que se negue a elas o direito de explorar a própria língua na complexidade em que se apresenta, incluindo seus aspectos notacionais. Na Educação Infantil, é fundamental que as crianças observem adultos lendo e escrevendo, cotidianamente, e sejam expostas a situações nas quais possam ler e escrever com autonomia, seguindo as próprias ideias e hipóteses. (RC Chapada Diamantina e Regiões, p.72)

Segundo este Referencial Curricular as experiências na Educação Infantil passam pelas culturas do escrito em seu contato com o universo literário, na investigação de temas relevantes e de interesse para as crianças, na organização da sua própria rotina de sala de aula, quando estas precisam se comunicar e a linguagem escrita, mesmo não sendo convencional, representa essa possibilidade da mesma forma que é tão útil em sua casa, no trabalho dos pais, nas ações desenvolvidas nos comércios da rua, enfim, numa sociedade que tem a escrita bem demarcada.

O RC deixa claro que as situações constantes de contato com as culturas do escrito produzem saberes que serão cada vez mais elaborados ao longo da escolaridade dessa criança que sistematiza as experiências de observar, de ler e de escrever e que alfabetiza-se quando se mostra autônoma e capaz, como sujeito da própria voz, de expressar-se por escrito porque compreendeu a complexidade das regras do sistema e do funcionamento da própria linguagem. Para abrir os objetivos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças frente aos desafios das experiências leitoras e escritoras o RC diz que:

Importante lembrar que as experiências vividas pelas crianças no campo Escuta, fala, pensamento e imaginação envolvem, sobretudo, a constituição de subjetividades, a conquista de uma voz que tem o que dizer, para quem dizer e se vê suficientemente fortalecida para dizer porque domina as tecnologias necessárias para isso. Trata-se de um sujeito que, ainda que esteja em formação, envolvido no próprio processo de aprendizagem, já deixa suas marcas no mundo. (RC Chapada Diamantina e Regiões, p.72)

Acompanhar esse sujeito que pensa no âmbito da aquisição da leitura e da escrita e que deixa suas marcas no mundo sob a ótica da abordagem psicogenética construtivista não é compatível com um trabalho que acontece por meio do ensino de letras e repetições ou memorizações de sons e treinamento de letras.

Para deixar as marcas no mundo é preciso assumir que as crianças escrevem por si mesmas, diante de necessidades reais, e, que, neste jogo de dizer por escrito, a linguagem tenha seu discurso como ponto mais forte (saber o que dizer) e sua representação esteja posta no suporte (como se escreve), mesmo quando essa representação ainda não seja a convencional.

O desafio de construir uma confiança pedagógica para trazer uma concepção de alfabetização na qual a professora analisa, acompanha, observa, planta problemas para as crianças pensarem de tal forma que essa concepção tome forma no corpo de cada profissional e também em sua prática, segue se assentando em documentos tão importantes como este para chamar a atenção da escola, da coordenação pedagógica e da Equipe Técnica para com a responsabilidade formativa das professoras e professores.

Não é fácil naturalizar a concepção de que é possível na Educação Infantil alfabetizar as crianças por meio das práticas sociais nas quais a leitura e a escrita tem relação com o mundo. Por isso, ter a garantia de espaços permanentes de construção do conhecimento em torno da Abordagem Psicogenética Construtivista, a qual o município toma como referência, é condição para que as coordenadoras sigam próximas às professoras e aos professores, estudem, tomem nas mãos, reflitam e planejem boas situações de leitura e escrita para todas as crianças.

No bojo da documentação pedagógica o plano de trabalho das crianças, a rotina semanal e dentro desta, as modalidades organizativas, vão explicitar um processo no qual os professores compreendem e afirmam as experiências na educação infantil por meio das interações e brincadeiras envoltas nos contextos de investigação, literários e cotidianos.

Este trabalho é desenvolvido a partir das situações fundamentais nas quais o professor e outros sujeitos alfabetizados (a família, um convidado, a coordenadora) lê para as crianças, as crianças leem por si mesmas baseadas nos comportamentos e

estratégias que observam nos leitores experientes, as crianças escrevem por si mesmas porque tem o que comunicar e sabe para quem está comunicando, como também as crianças ditam ao professor e este cumpre sua função de colocar por escrito o discurso que as crianças querem assentar naquele suporte.

Aos poucos a compreensão das educadoras e dos educadores de Educação Infantil no município e dessa escola vai se transformando ainda que esse processo de retroalimentação da concepção de alfabetização não esteja tão claro. Ao invés de dizer de atividades de “base alfabética” (aquelas de cobrir traçados de letras e repetir vezes seguidas uma letra num papel, ou a professora achar que intervenção é dizer as letras para as crianças escreverem determinada palavra), as professoras planejam e acompanham situações nas quais as crianças escrevem por si mesmas os textos diversos, dos gêneros mais simples – as listas – aos mais complexos – textos sobre curiosidades, recados para os pais, convite para os colegas, recomendação de leitura ou mesmo sua compreensão diante de um texto que está estudando.

Essas ações ocorrem individualmente e também junto aos colegas em duplas ou trios, neste momento o desafio de escolher quem escreve e o que vão escrever fica bem mais complexo, mas as experiências de ouvir e tomar decisões são bem mais significativas.

Longe de esgotar essa conversa nesse documento tão grandioso, mas já convocando ao estudo do Referencial Curricular Municipal, é necessária a reconstrução de novos saberes para assegurar o respeito à infância, favorecendo um ambiente de leitura e escrita no qual as crianças sintam-se encorajadas e desafiadas a refletirem sobre a linguagem escrita, compreendendo que na sociedade da informação lidar com essas práticas é cada vez mais imperativo. Ademais, as crianças já lidam com essas práticas antes de entrarem na escola e, dentre as suas maiores curiosidades, a escrita ocupa lugar privilegiado. Por tudo isso, garantir que a escola seja um ambiente alfabetizador e que os educadores ali sejam bons modelos de pessoas alfabetizadas, faz cada vez mais sentido.

COMO ACOMPANHAMOS AS EXPERIÊNCIAS DA INFÂNCIA

A avaliação na Educação Infantil é entendida por esta instituição educativa como questão essencial para a qualificação dos serviços oferecidos às nossas crianças e às suas famílias, em defesa dos direitos das crianças à aprendizagem e desenvolvimento nos diferentes contextos. Por tudo isso, o trabalho é feito na perspectiva da avaliação sistêmica, ou seja, a avaliação das condições dadas pela instituição para que as crianças aprendam e se desenvolvam na escola, para isso, avalia-se as oportunidades asseguradas pela professora, escola, município e outros programas com os quais é possível acontecer nessa etapa.

Pensar em avaliação nos processos de aprendizagem e em desenvolvimento das crianças durante seu período da educação em creches e pré-escolas, impõe aos educadores a constante preocupação acerca do que avaliar, para que avaliar, quando e como avaliar, sobre quais instrumentos e procedimentos utilizar, sobre a quem e como comunicar o que foi avaliado. Refletir sobre esses pontos, espera-se não apenas avaliar o desenvolvimento das crianças individualmente, mas remetem diretamente a avaliação da educação proposta pela própria instituição escolar.

Nos últimos anos vimos uma crescente preocupação com a avaliação na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é na LDB 9394/96 de 1996 que a avaliação na Educação Infantil começou a ser abordada. O artigo 31, ao citar sobre avaliação apresenta que: “Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (BRASIL, 1996, p.10) e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Ampliando esse entendimento, as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB nº20/09), vem estabelecendo que as instituições de Educação Infantil, têm o dever de criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação garantindo:

- A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e aos processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- A não retenção das crianças na Educação Infantil.
- Texto esse também contemplado nas Diretrizes Curriculares Municipais de Seabra.

De acordo com a garantia desses direitos de acompanhamento que a avaliação se constitui na educação Infantil, esta visão deve ser tornar o meio pelo qual o educador além de acompanhar a aprendizagem e desenvolvimento das crianças, analisa também sua prática e os contextos promotores de aprendizagem, buscando sempre a certeza de que todas as crianças tiveram as mesmas condições e oportunidades, conforme registro no RC deste município:

A avaliação de percurso identifica os avanços ao longo da passagem do tempo, o que só se pode notar por meio de uma boa documentação, de registros e de instrumentos de análise. Essa forma de avaliar não é classificatória nem se limita a descrever aspectos do desenvolvimento infantil, mas é compreendida como instrumento de acompanhamento pedagógico e do desenvolvimento das crianças, por isso afirma-se a necessidade de avaliar processos e não resultados. Referencial Curricular Educação Infantil.

Para que possamos acompanhar esse processo de avaliação e distanciando da visão classificatória, elegemos alguns instrumentos que contribuem para a coleta de dados no decorrer de um período. Ao acompanhar as experiências infantis refletindo sobre os percursos das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, são necessários diferentes instrumentos avaliativos, de acordo com os propósitos pré-estabelecidos. Estes instrumentos avaliativos estão definidos de acordo com as DCNEI, BNCC, Referencial curricular do município e as Diretrizes curriculares do município de Seabra.

As escolas de Educação Infantil utilizam os instrumentos que foram definidos pela rede de educadores de Seabra em consonância com os documentos citados acima: a saber portfólio, relatório, caderno de registro do professor, caderna digital, ficha de acompanhamento das atividades, da frequência, drive com repositório das imagens das crianças, dentre outros que o professor tem a autonomia de escolher.

Mais do que definirmos instrumentos temos que pensar em uma documentação pedagógica capaz de acompanhar as aprendizagens. E para documentar com riqueza, clareza e que realmente evidencie as construções e aprendizagens empreendidas por cada criança, grupo e professor é preciso documentar o percurso e não apenas no seu final. O caminhar educativo ganha visibilidade por meio de uma documentação cuidadosa, para os quais se pode valer tanto de vídeos, gravações, material fotográfico, anotações. A documentação é um processo coletivo, de troca e reflexão, que precisa envolver pelo menos mais de um educador da escola, as crianças e a família também. Nesse percurso, escutar os outros e a si próprio é fundamental.

Quando você escolhe algo para documentar, quando você tira uma foto ou grava um vídeo de uma experiência, você está fazendo uma escolha. Isto significa que você está valorizando ou avaliando essa experiência como significativa para os processos de aprendizagem das crianças, assim como para seus próprios processos de aprendizagem. Quando você documenta, você está compartilhando a aprendizagem das crianças e a sua – o que você entende, sua perspectiva, além do que você considera significativo. Dentro da palavra avaliação está a palavra valor. Valorizar significa dar valor a esse contexto de ensino e a certas experiências e interações dentro daquele contexto. Isto é o que oferecemos aos processos de aprendizagem das crianças e dos nossos colegas.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos a educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e valorização das diferenças humanas, contemplando assim, as diversidades étnicas sociais e culturais, intelectuais, físicas, sensoriais, e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação, a permanência e a aprendizagem de todos sem exceção.

Voltada a promoção de uma educação de qualidade para todos, essa escola:

- Efetua a distribuição ponderada dos alunos público alvo da educação especial pelas várias classes da fase escolar em que forem classificados, buscando a adequação entre idade e série/ano;
- Promove o estabelecimento de parcerias e redes de apoio para auxiliar os alunos com deficiência;
- Procura garantir, no âmbito de sua governabilidade, a presença de cuidadora, sempre que necessário;
- Atendimento educacional especializado em sala de recursos no contra turno quando é possível, de sua frequência na sala regular com a utilização de procedimentos, equipamentos e materiais próprios, por meio da atuação de professor especializado para orientação, complementação ou suplementação das atividades curriculares, em período diverso da classe comum em que o aluno está matriculado;
- Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- Matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- Cronograma de atendimento aos alunos;

- Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivos, a oferta do atendimento educacional especializado, a formação dos professores, a participação da família e da comunidade e a articulação intersetorial das políticas públicas, para a garantia do acesso dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, no ensino regular.

É uma modalidade de ensino e não um sistema substitutivo de ensino por tanto não deve ser substituído ao ensino regular e sim complementar ou suplementar. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado, diferencia-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutiva à escolarização. É um atendimento complementar e/ou suplementar a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

É importante salientar que as atividades oferecidas pelo AEE não se configuram como reforço escolar, uma vez que se diferencia daquelas realizadas na sala de aula do ensino comum. O professor do AEE deverá desenvolver atividades de forma criativa e inovadora, buscar recursos que estimulam o aprendizado do aluno naquelas áreas em que ele encontra maiores dificuldades.

As atribuições do professor de AEE contemplam:

- Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do aluno;
- Definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno;
- Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis;
- Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular;

- Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares;
- Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino;
- Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno;
- Interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras.

No que se refere a avaliação segundo LUCKESI “Avaliar é o ato de diagnósticos, uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível. Por isso não é classificatória, nem seletiva, ao contrário é diagnóstica e inclusiva”.

Na nossa instituição os alunos deverão ser avaliados não somente através de provas trimestrais, mas também por seu desempenho global, considerando: a realização de tarefas de casa, atividades complementares, pesquisas, organização e apresentação de trabalhos individuais ou em grupos, interesse e participação durante as atividades realizadas na sala de aula.

O atendimento educacional especializado na nossa escola veio integrar a proposta pedagógica da escola, envolvendo a participação da família com articulação das demais políticas públicas, assegurando que os alunos aprendam. Considera-se atendimento Educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de sensibilidades e pedagógicos, organizados institucionalmente, prestados de forma complementar ou suplementar.

As Escolas Kimimo Boa Vista e Joana Angélica conta com 16 alunos matriculados na sala de AEE nesse corrente ano letivo, sendo 04 desses com diagnósticos médicos. Os alunos com necessidades educacionais específicas, dessas Unidades de Ensino são: TEA (transtorno do Espectro Autista, Hidrocefalia, os demais com suspeitas de DI (Deficiência Intelectual) e Psicose Infantil.

A DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA

A documentação pedagógica é construída através de diferentes instrumentos com diferentes suportes e linguagens, dependendo do que se espera acompanhar. Ela deve possibilitar que as crianças e suas famílias participem dessa avaliação de forma efetiva, acompanhem suas conquistas, dificuldades e possibilidades ao longo do processo de desenvolvimento e construção do conhecimento. A documentação possibilita retomar e relembrar o processo educativo e o percurso de aprendizagem. Enquanto aprende, a criança pode se observar de um ponto de vista externo, ao participar da documentação, as crianças podem acompanhar seus processos de aprendizagem e compreender o que é considerado significativo neles.

Dentre os instrumentos de avaliação, a observação se constitui como a principal ferramenta do educador, exige do mesmo colocar em destaque a ação investigativa, pois se trata de um instrumento de pesquisa e não algo que venha apenas para confirmar o que já se era esperado, ao contrário: esse instrumento demanda atenção, curiosidade e investigação para se descobrir coisas novas. Observar exige mirar, reparar, notar, registrar, interpretar. Quanto mais trabalhamos a observação, mais e melhor podemos observar. De acordo com o Referencial Curricular do município:

Observando, a professora, ou o professor, pode reconhecer as crianças na sua singularidade, nos modos como se mostram mais ou menos interessadas ou mais ou menos atentas; os modos como aprendem, exploram e atuam diante de desafios; como e com quem brincam; e como se expressam. Nessa perspectiva, avaliar é um exercício de aproximação e de conhecimento da criança, de sua identidade e, portanto, é um gesto de cuidado que envolve respeito, ética e atenção às singularidades. Referencial Curricular da Chapada e Regiões

Tendo a observação como principal indutor do trabalho avaliativo, de acordo ainda com o Referencial curricular, a avaliação deverá seguir três movimentos, para que possa servir de motor para o processo de aprendizagens:

1º movimento Recorte de uma realidade.

2º movimento Qualificação dessa realidade.

3º movimento Tomada de decisões e partilha.

Segundo a Diretriz Curricular do Município, as observações e registros devem ser contextualizados, isto é, tornar concretas as histórias de vida das crianças, seus ambientes sociais e culturais e co-construtoras de um processo dinâmico e complexo de desenvolvimento pessoal e social. Variados devem ser os registros, tais como a escrita, a gravação de falas, diálogos, fotografias, vídeos, os trabalhos das crianças etc. Os educadores anotam, por exemplo, o que observam, as impressões e ideias que têm sobre acontecimentos; descrevem o envolvimento das crianças nas atividades, as iniciativas, as interações entre as crianças etc. E usam esses registros para refletir e tirar conclusões visando aperfeiçoar a prática pedagógica.

Além disso, as crianças precisam estar envolvidas na avaliação das atividades, bem como nos registros. São matéria desse registro tanto as ações das crianças como as da professora. O objetivo da avaliação é melhorar a forma de mediação do professor para que o processo de aprendizagem alcance níveis sempre mais elevados. Em qualquer caso, podemos afirmar que a observação usada como instrumento do professor tem algumas características: Foco, objetivo e continuidade.

Como forma de acompanhar e potencializar o desenvolvimento das crianças da educação infantil e atender às exigências legais quanto à avaliação prevista em documentos oficiais nacionais e municipais, a Rede Municipal de Seabra, compreende o registro da observação, o relatório avaliativo, o portfólio avaliativo e o diário de classe, como instrumentos utilizados para documentar esse percurso, orientando e garantindo a eficácia da prática avaliativa, tarefa complexa e desafiadora desse processo.

Dessa forma, o (a) professor (a) que atua no segmento Educação Infantil da rede municipal de Seabra utilizará como instrumentos de avaliação:

- Portfólio de aprendizagem - documentos que se constitui num acervo de registros diversos, que reúne de forma cronológica e evolutiva as produções das crianças, fotos e de pequenas narrativas dos professores, sobre as observações que

contam experiências vividas pela turma e por cada criança ao longo de determinado tempo, sempre assegurando o direito de participação da criança que é convidada a compor esse portfólio, tomando decisões sobre o que gostaria de acrescentar. Essa é uma situação que cria o ambiente necessário ao processo de autoavaliação da criança. Por exemplo: para analisar o desenvolvimento gráfico, uma boa documentação é o conjunto de desenhos elaborados ao longo de um período e registros de observação dos momentos de desenhar, para que se possa ter acesso às duas fontes de informação – a visualidade do desenho e a própria atividade de desenhar.

Para acompanhar o desenvolvimento da escrita, é preciso recolher, em ordem cronológica, todas as escritas produzidas pela criança, incluindo as espontâneas, que surgiram nos momentos de faz de conta, para observar, ao mesmo tempo, os aspectos gráficos e as apropriações dos usos e das funções da linguagem. Para acompanhar o desenvolvimento dos percursos investigativos de construções tridimensionais, é preciso fotografar as produções e analisar as mudanças.

Esse é um instrumento também indicado para manter os laços entre instituições no momento da transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Para acompanhar o desenvolvimento oral, a melhor forma de documentar são as gravações em áudio /arquivos digitais que podem, posteriormente, ser analisados pela professora, ou professor, e, ao fim de um processo, pelas crianças, como possibilidades de ver, em retrospectiva, os próprios processos do ponto em que partiram até o ponto em que chegaram, e, reconhecer tudo o que aprenderam no caminho. Também fazemos uso de informações, imagens, textos, vídeos, planilhas, gráficos, etc. – que está salvo em um dispositivo (Drive), e pode ser compartilhado com outras pessoas. Esses arquivos permitem capturar cenas, falas, textos e situações específicas a fim de qualificar os registros oficiais.

- O caderno de registros faz parte dos instrumentos que utilizamos nesta instituição, podendo ser a síntese das aprendizagens, com registro breve que descreve com objetividade o que cada criança viveu na escola em determinado momento e o que ela pode solucionar autonomamente ou com alguma ajuda. Esses registros são muito importantes para subsidiar o planejamento e os contatos com os familiares, pois através dos mesmos, podemos conhecer melhor a criança e suas necessidades. Considerando que a memória não é suficiente para guardar tantas

informações, torna-se necessário lançar mão dos registros, algo fundamental para que o educador anote tudo o que lhe chama a atenção e o que as crianças revelam. É importante que o professor faça anotações, de preferência, simultaneamente à observação, destacando o nome da criança, a idade, o local, a data em que determinada situação aconteceu, etc. Assim, término de um período, ele conseguirá dar sentido para aquelas anotações diárias. A organização dos registros, no entanto, pode ser feita de diversas maneiras. Por exemplo, um caderno em que algumas folhas sejam reservadas a cada criança, é uma boa opção.

É extremamente importante que o docente se utilize de diferentes tipos de registro, de forma que a documentação não seja composta somente de material escrito. Ao arquivar e organizar, por exemplo, fotos, vídeos, áudios e produções em que a criança se utiliza das múltiplas linguagens, deve-se datar a situação registrada e tecer breves comentários a fim de qualificar a comunicação pretendida.

- Relatórios, individuais ou de grupo – sendo solicitado por esta rede o individual – são sistematizações feitas semestralmente ou de acordo com a necessidade do momento, com a análise das documentações e das narrativas de um tempo vivido. Têm como principal objetivo oferecer às famílias, instituições e profissionais interessados na vida escolar da criança e outros, um pequeno recorte do que as crianças realizam cotidianamente e os avanços. Vários aspectos norteiam a elaboração de relatórios, que vão além da constatação das potencialidades, às limitações da criança, sempre considerando a mesma criança em tempos diferentes. Porém, mesmo analisando o percurso dessa criança com ela mesma, é necessário refletir: Que objetivos estavam previstos? Quais experiências foram propiciadas a elas? Que materiais e ambientes foram propiciados? Que intervenções foram feitas? Como respondem à intervenção do professor? Como interagem entre si e com o professor? Quais são suas preferências e interesses?

- No segundo semestre de 2022 passamos a usar o diário eletrônico que veio substituir o diário físico, nesse diário eletrônico também registramos a frequência do aluno, que é uma forma de acompanhar as aprendizagens, registramos as atividades desenvolvidas diariamente por meio do planejamento semanal, bem como os relatórios individuais dos alunos. Diz a BNCC que:

(...) Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. Trata-se de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças. (BRASIL, 2017, p.37)

Tendo os instrumentos avaliativos como recursos utilizados para coleta e análise de dados no processo do ensino e das aprendizagens, visando promover a aprendizagem dos alunos. É importante que o professor saiba que avaliar é um dos instrumentos mais importantes para acompanhar a aprendizagem das crianças. Avaliar implica: planejamento, observação, registro, reflexão, comunicação e tomada de decisão. Enxergar a avaliação na educação Infantil como meio para novas aprendizagens, tanto do professor quanto das crianças, se faz necessário.

Portanto, saber definir o instrumento adequado para cada momento e reconstruí-lo em função das questões que procura investigar é importante porque contribui para a orientação dos diferentes olhares que se pode ter sobre as crianças e o trabalho.

Todos os instrumentos, dos mais simples e objetivos, aos mais complexos devem contribuir de alguma forma para alimentar o pensamento reflexivo do professor. Para tanto, precisamos estar a serviço de um propósito claro, pois se forem usados burocraticamente, pouco contribuirão para o desenvolvimento pessoal ou profissional do professor e, conseqüentemente, das situações que serão planejadas para que as crianças sigam desafiadas a novas experiências.

Algumas vezes os registros trazem informações insuficientes para que se possa compreender a complexidade das interações e dos demais elementos que interferem nas situações educativas observadas. Nesse caso a melhor maneira de aperfeiçoar um registro é aprofundar as observações: voltar a observar a situação para buscar informações que tornem mais claras determinadas passagens dos registros, levantar perguntas a partir do relato que possam contribuir para a problematização do episódio e a construção de uma visão mais aberta do ocorrido, mais reflexiva.

O processo de problematizar uma vivência, de entendê-la como uma situação a ser melhor conhecida, faz com que o professor se implique com o seu próprio trabalho, assuma uma atitude de questionar o seu próprio saber ao interpretar as experiências, utilizando para isso instrumentos e recursos pessoais que lhe permitem compreender melhor a si mesmo e ao seu meio como, por exemplo, a observação, a descrição, a análise, o confronto de ideias, a interpretação, tomada de decisão e a partilha. Problematizar implica não aceitar a experiência como dada ou como pronta. Exige do professor uma atitude crítica na elaboração de perguntas sobre o que ocorreu:

Por que eu propus dessa maneira e por que as crianças responderam daquela forma? O que elas aprenderam com o que eu propus? Que estratégias elas puderam desenvolver graças às estratégias que eu pensei nesse caso? E eu, como professora, o que aprendi com essa experiência?

São perguntas que remetem para a finalidade das ações, para o conteúdo envolvido e para as estratégias. Tais perguntas devem ajudar o professor a passar do nível descritivo ao nível interpretativo do seu pensamento crítico; transformar os confrontos em potenciais de reconstrução de ações e dar sentido ao que se observou e ao que depois se define como objetivo a prosseguir. Todo esse processo tem um papel determinante no desenvolvimento de um modo de pensar mais reflexivo.

Mas, o que significa “ser reflexivo”? Todo pensamento é reflexivo? O que caracteriza o pensamento reflexivo?

É importante reconhecer que há muitas formas de pensar e nem todas são reflexivas. Para Alarcão (2000), o pensamento reflexivo é uma capacidade que tem que ser cultivada. O que o caracteriza é a capacidade que o sujeito tem de voltar-se para si próprio, de pensar o próprio pensamento.

O principal responsável pelo trabalho educativo é o professor, se ele colocar em práticas seus instrumentos de modo reflexivo e cada vez mais crítico, certamente estará contribuindo decisivamente para o seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional. Caberia a cada professor perguntar-se:

· Como eu assumo o exercício da observação e do registro no meu trabalho profissional?

- Quais são os propósitos do meu exercício disciplinado e regular de observação?
- Quem são meus interlocutores? A quem eu confiaria meus textos e com quem eu compartilharia meu olhar?

Os registros, além de cumprir um importante papel na formação dos professores, são parte do processo dedicado e contínuo de documentação da história do processo de aprendizagem das crianças de modo a compartilhar a visão da criança como sujeito ativo e dar notícias às famílias sobre a aprendizagem e o desenvolvimento das mesmas.

Lembrando sempre que não há como avaliar exclusivamente a aprendizagem desconsiderando o contexto educacional que se criou para que tal aprendizagem aconteça, quando se observa a criança, se observa também o contexto criado, ou seja, ao avaliar o educador também avalia o processo e o contexto educativo, planejando assim a continuidade, diversidade, simultaneidade e progressão das ações. O fundamental é que as formas de registro permitam deter a singularidade de cada criança em sua relação com os seus pares e adultos, as peculiaridades vividas e seus aspectos inusitados.

O BRINCAR E AS INTERAÇÕES COMO EIXO ESTRUTURANTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

[...] brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais (BRASIL, 2017).

Todas as crianças brincam, independentemente de possíveis conteúdos a ser ensinados pela escola, por que a creche e escola de educação infantil devem se preocupar com esse assunto?

Partindo do entendimento que o Referencial Curricular de Educação Infantil da rede, que nos diz que o brincar é atividade essencial que, embora presente nas diferentes culturas e tempos históricos, é determinada social e culturalmente. A criança se apropria da cultura pela brincadeira. Ao mesmo tempo, trata-se de uma atividade pela qual, na interação com parceiros e adultos, ela cria significados e, portanto, cultura.

O brincar é uma das características da infância, faz parte das necessidades da criança o brincar. Através de suas brincadeiras a criança expressa suas atitudes, ou o que está sentindo naquele momento. O lúdico para as crianças é uma vivência carregada de alegrias e satisfação. Pela brincadeira o aprendizado acontece de forma concreta, estimulando sentidos fundamentais para esta criança, bem como função sensorial, função motora e até mesmo demonstrar o emocional.

A brincadeira tem função importante no desenvolvimento social e intelectual, pois cria oportunidades para a criança reproduzir situações que lhe possibilita resolver conflitos, trazer à tona e aprender a comunicar e lidar com emoções trazidas em seu dia a dia. Para tanto, a estimulação do brincar e das brincadeiras devem ser constantes e incentivados dando a esta criança a oportunidade de criar seus próprios enredos.

Ao brincar, as crianças têm a oportunidade de criar e testar, o que contribui para o desenvolvimento infantil, uma vez que elas aprendem a lidar com êxitos e frustrações, estabelecem relações cognitivas, sensório-motoras e socioemocionais e desenvolvem noções sobre competitividade, cooperação, respeito e solidariedade. Neste contexto, a escola de educação infantil deve garantir à criança espaço limpo, seguro e voltado para garantir a saúde infantil e organizar ambientes acolhedores, desafiadores e inclusivos, plenos de interações, explorações e descobertas partilhadas com outras crianças e com adultos. Devem oferecer também, contextos que articulem diferentes linguagens, entre elas o brincar, que permitam a participação, expressão, criação, manifestação e consideração dos seus interesses.

A brincadeira possibilita que a criança possa se apropriar da cultura da qual faz parte ao mesmo tempo que constrói possibilidades de ação e interação, além de formas inéditas de organizar os elementos do ambiente e da própria experiência. Ou seja, a partir do brincar a criança desenvolve respostas criativas aos desafios que lhes são apresentados pelo ambiente, o que, por sua vez, subordina-se à experiência prévia, inclusive com o brincar, de maneira rica e variada.

Borba, no artigo publicado na Revista Criança do Professor de Educação Infantil, em novembro de 2007, intitulado “A brincadeira como experiência de cultura na educação infantil”, aponta diversas ações que devem ser realizadas pelas escolas de Educação Infantil no que diz respeito às brincadeiras: 1) organização dos espaços de forma a disponibilizar brinquedos e materiais para as crianças, oferecendo diferentes possibilidades de interação e de significado; 2) acompanhamento, observação e apoio às crianças nas suas brincadeiras; 3) incorporação da dimensão lúdica no trabalho com os conhecimentos das várias áreas, de modo a contribuir para que as crianças estabeleçam associações e significações que ampliam suas possibilidades de aprendizagem.

“Para que a brincadeira seja considerada de fato como tal, a criança precisa estar integralmente e voluntariamente engajada na atividade, interagindo com seus pares e com o mundo, em constante elaboração e reelaboração de hipóteses sobre a realidade, para a qual atribui significados conhecidos e novos. A criança escolhe brincar, do que brincar e com quem brincar. Por isso, a brincadeira e o trabalho escolar ou a atividade dirigida, na qual o adulto determina não apenas os objetivos, mas o curso das ações, não se confundem, ou seja, são experiências diferentes de aprendizagem.”
(Referencial Curricular da Chapada e Regiões)

Assim como outras atividades humanas, brincar necessita de aprendizagem. A criança não nasce sabendo brincar, mas é capaz de desenvolver ações que, na interação com seu cuidador, dão início, precocemente, a esse processo de aprendizagem. Para Kishimoto:

A criança não nasce sabendo brincar, ela precisa aprender, por meio das interações com outras crianças e com os adultos. Ela descobre, em contato com objetos e brinquedos, certas formas de uso desses materiais. Observando outras crianças e as intervenções da professora, ela aprende novas brincadeiras e suas regras. Depois que aprende, pode reproduzir ou recriar novas brincadeiras.

O TRABALHO COM E A PARTIR DO NOSSO REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL

Projeto Político Pedagógico em seus aspectos metodológicos e de concepção da Etapa de Educação Infantil, tem como base o Referencial Curricular de Educação Infantil. O RC Municipal surge como macro estratégia para alcançar a equidade de oportunidades de aprendizagem para todas as crianças dos territórios que fizeram parte nos anos de 2018 a 2020 da elaboração deste documento curricular.

No ano de 2018, quinze municípios da Chapada Diamantina e Regiões, incluindo Seabra, sonharam em ter um Referencial Curricular que pudesse assentar em papel tudo que estudaram, produziram de documentação e que se tornou base para a formação de profissionais. Os municípios se reuniram e fizeram uma parceria com o ICEP e dentro da construção do Referencial Curricular contaram com a participação das especialistas Silvana Augusto e Ieda Abudd. Por meio de encontros, formações continuadas, discussões e muito estudo, o Referencial Curricular da Educação Infantil, do Município de Seabra concretizou-se, fruto de um trabalho coletivo, construído por muitas mãos. O documento foi escrito baseando-se em documentos mandatórios e teóricos que dialogam com a concepção de infância e alfabetização defendida por esse município.

Por meio deste documento, espera-se que os municípios parceiros e suas unidades educacionais possam reorganizar seus currículos, tendo a oportunidade de confrontar o que se espera que as crianças vivenciem com o que de fato cada creche ou escola garante a elas nas diferentes redes municipais dos territórios.

Este documento, portanto, institui referências para a Educação Infantil por meio da explicitação de concepções; da orientação de práticas institucionais que asseguram os direitos das crianças; da indicação de objetivos de aprendizagem em diferentes campos de experiência; e do detalhamento de práticas pedagógicas capazes de assegurar a qualidade das experiências a que as crianças dessa etapa têm direito.

Da mesma forma, institui princípios que podem ajudar as redes municipais a organizar metas e os próprios sistemas de avaliação. Parte significativa do currículo pode ser vivificada na organização institucional que garante os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento, conforme prescritos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

para a etapa da Educação Infantil, em alinhamento com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil.

O currículo da Educação Infantil de acordo com a BNCC é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular experiências, saberes e conhecimentos, tendo como eixos norteadores a interação e o brincar. A intencionalidade educativa deve estar marcada pela indissociabilidade entre o educar e o cuidar. O entendimento de educar valoriza a escuta e respeita as características, os conhecimentos e as experiências das crianças, segundo o Referencial Curricular Municipal de Educação Infantil. Esta escuta deve compreender as necessidades das crianças e saber traduzi-las em situações de aprendizagem, estando diretamente ligada à intenção do adulto, que deve estar acompanhando, perguntando, criando e disponibilizando espaços, tempos, materiais e interações para as investigações das crianças.

O RC Municipal de Seabra em consonância com a Base Nacional Comum Curricular propõe um novo arranjo para a etapa da Educação Infantil: os Campos de Experiências. A ideia leva em conta que bebês e crianças pequenas aprendem e se desenvolvem por meio de experiências do cotidiano, literárias, investigativas e outras, as quais devem ser planejadas com intencionalidade pelos professores. Os Campos de Experiências estão expressos em seis direitos de aprendizagens:

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Os campos de experiências em que se organiza o Referencial Curricular Municipal de Seabra guiam as propostas na Educação Infantil:

- O eu, o outro e o nós;
- Corpo, gestos e movimentos;
- Traços, sons, cores e formas;
- Escuta, fala, pensamento e imaginação;
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Os campos de experiência falam de um brincar cheio de significados, onde as crianças interagem em pares e vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista, construindo sua autonomia e senso de autocuidado.

A nossa escola busca promover oportunidades para que as crianças possam, sempre através da brincadeira e da interação com objeto e/ou com seus pares – crianças, adultos etc. - aprender e se desenvolver, sendo incentivadas pela curiosidade.

Por meio dos campos de experiência as crianças vivenciam práticas culturais, quando podem vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, exercitando a autoria (coletiva e individual), participando de espaços para a produção, manifestação e

apreciação. Em diferentes momentos da rotina infantil buscamos promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral e escrita: ouvindo histórias e reconhecendo diferentes usos sociais da leitura e da escrita.

As situações que envolvem a cultura escrita acontecem de forma lúdica nas experiências com a literatura infantil.

O contato com histórias, contos, fábulas, poemas, etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, para atender um determinado propósito social, comunicativo e didático de acordo com o projeto ou a sequência na qual este trabalho se instaura. Nesta perspectiva ganha lugar o trabalho do professor como modelo de leitor e escritor frente aos comportamentos que as crianças assumem no decorrer do percurso: ler capa de livros para escolher qual mais lhe interessa, interessar-se pelos autores de livros, ler texto verbal e não verbal (mesmo não sendo convencionalmente), ter interesse de anotar seu nome e o nome do livro para tomar empréstimo, etc.

Nesta etapa da vida escolar queremos ainda promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Por isso o Referencial Curricular precisa se tornar cada vez mais um documento efetivo, considerando que este é um documento produzido na história, refletindo a concepção que se persegue há anos e que cruza passado com presente e futuro, trazendo a responsabilidade de uma rede educacional para que a cidadania das crianças ingressas em nossas unidades escolares.

METODOLOGIA: CONCEPÇÃO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

A Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Proposta de Educação Infantil elaborada pelo Ministério da Educação e, por fim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) definem os fundamentos legais que explicitam a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

O nosso Referencial Curricular ressalta que as concepções de Educação Infantil são conquistas historicamente construídas na luta de movimentos sociais, em fóruns e no trabalho de especialistas, educadoras e educadores que encontram nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) e, posteriormente, na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil (2017) seus principais alicerces.

Iniciamos contextualizando a disputa de concepções presentes na Educação Infantil. Fica claro que hoje já há consenso para defender uma prática pedagógica que considera os modos próprios de pensar, de sentir e de se expressar das crianças em seus diferentes momentos de vida. Os bebês e as crianças que frequentam uma instituição educativa, seja creche ou pré-escola, tem direito de uma educação de qualidade, num ambiente cultural e acolhedor e instigante, no qual possam apropriar-se de diferentes práticas sociais e construir sentidos sobre o mundo, sobre si mesmas e sobre como se relacionar com o meio e os outros.

As concepções se concretizam nas propostas pedagógicas, que devem garantir que as instituições de Educação Infantil cumpram sua função sociopolítica e pedagógica, contribuindo para a efetivação dos direitos das crianças. Isso passa pela compreensão de algumas ideias fundamentais, tais como a indissociabilidade dos gestos, ações e procedimentos de cuidar e de educar; as articulações entre família e instituição de Educação Infantil, o papel da brincadeira no desenvolvimento e as concepções de Educação Infantil na sua diversidade de contextos culturais. (RC Municipal da Educação Infantil)

Para contemplar o desenvolvimento integral da criança é preciso considerá-la como sujeito sócio histórico e cultural, significa então, que a ação educativa deve oferecer a oportunidade para que ela desenvolva autonomia, responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum, valorizando os seus aspectos afetivos, psicológicos, motores, cognitivos, como também suas individualidades e subjetividades, possibilitando a convivência e a interação da mesma, com outras crianças, nas relações que com ela estabelecemos, levando em conta que ela tem desejos, ideias, opiniões, capacidade de decidir, de criar, de inventar, que se manifestam desde cedo, nos seus movimentos, nas suas expressões, no seu olhar, na sua fala. São, portanto, relações dialógicas entre o adulto e a criança que possibilitam a constituição da subjetividade da criança, num ambiente acolhedor, que favoreça as suas aprendizagens e o seu desenvolvimento.

Quando afirmamos que a criança é um cidadão de direitos, estamos considerando que independente de sua história, de sua origem, de sua cultura e do meio social em que vive, lhe foram garantidos legalmente direitos imprescindíveis que são iguais para todas as crianças.

Nesse Sentido a partir das experiências vivenciadas no cotidiano, mediadas por outros sujeitos da cultura as crianças vão progressivamente ampliando suas possibilidades de se deslocar, de fazer movimentos mais precisos de se autocuidar, de explorar o mundo, e agir sobre ele, de se comunicar, interagir, compreender, resolver problemas, refletir jogar e de decidir.

A escola, apoiada no RC de Educação Infantil acredita que, o ambiente de aprendizagem deve contemplar determinadas qualidades, tais como ser acolhedor, confortável, seguro, belo, prazeroso e desafiador, e precisa ser organizado de tal forma que permita às crianças exercitar os seis direitos de aprendizagem das crianças e objetivos de aprendizagem compreendidos em campos de experiências definidos na BNCC a partir das DCNEI e do Referencial de Educação Infantil são os seguintes: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se. Dessa forma, possibilitar a construção de aprendizagens nos diferentes campos de experiência.

No que se refere aos objetivos de aprendizagem, estes são propostos com processos a serem construídos, a partir de diferentes proposições didáticas e distintos campos de experiência, e não, de produtos a serem atingidos. Além disso, devem ser promovidos no âmbito dos campos de experiências, que, por sua vez, ganham quando pensados de forma articulada.

O RC do Município diz que a eleição dos objetivos não encerra o planejamento, será preciso refletir sobre como trabalhar com os objetivos. Uma possibilidade é constituir arranjos entre campos de experiência, criando contextos mais significativos para as crianças porque favorecem as relações entre diversas vivências.

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural." (BRASIL, BNCC, p.38)

O nosso referencial curricular de Educação Infantil define cinco campos de experiências: O eu, o outro e o nós, Corpo, gesto e movimentos, Traços, sons, cores e formas, Escuta, fala, pensamento e imaginação, Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

O documento afirma que na organização do trabalho pedagógico, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e a brincadeira, constituintes de experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização.

O brincar é sem dúvida a principal atividade infantil assim como traz o nosso RC de Educação Infantil, essa escola também acredita que o brincar é sem dúvida atividade essencial que, embora presente nas diferentes culturas e tempos históricos, é determinada social e culturalmente. A criança se apropria da cultura pela brincadeira. Ao mesmo tempo, trata-se de uma atividade pela qual, na interação com parceiros e adultos, ela cria significados e, portanto, cultura. Ao brincar, a criança mobiliza afeto, motricidade, linguagem, percepção, representação, memória e outras funções cognitivas, o que propulsiona seu desenvolvimento global.

É fundamental que as instituições de Educação infantil, garantam ambientes ricos, com espaços e elementos variados, promovendo possibilidades variadas de interação com pares de diferentes idades, proporcionando momentos em que as crianças possam brincar sozinhas e tempo suficiente para o desenvolvimento pleno do brincar.

Faz se necessário compreender as interações como eixo do trabalho pedagógico, dessa forma, podemos destacar a importância do outro não só no processo de construção do conhecimento, mas também na constituição do próprio sujeito e de suas formas de pensar e agir.

A criança é um sujeito que produz cultura por isso é essencial que o professor conheça a cultura infantil e que planeje situações que desafie as crianças, ajudando-as avançar cada vez mais nas suas aprendizagens e no desenvolvimento de suas potencialidades. O mesmo deve criar bons contextos de mediação entre as crianças, seu entorno social e os vários elementos da cultura e criar condições para que ocorram aprendizagens tanto nas brincadeiras livres quanto nas atividades orientadas, considerando o desenvolvimento, a ação infantil e interações de maior qualidade envolvendo adultos e crianças, e as interações que as próprias crianças estabelecem enquanto brincam, produzem e aprendem em conjunto. É no cotidiano que o professor planeja melhores propostas de atividades e dessa forma potencializa as interações.

Para essa instituição, Organizar metodologias nas propostas pedagógicas significa refletir a respeito de formas de desenvolver o trabalho de cuidar e educar as crianças no cotidiano, em relação a procedimentos, posturas, atitudes, estratégias e ações, possibilitando-lhes a dinamização do currículo. Isso se dá por meio de diferentes maneiras de trabalho que vão sendo construídas na prática cotidiana junto às crianças.

Na educação infantil os termos educar e cuidar são tratados de forma indissociável. Mas o que significa cuidar e educar na Educação Infantil? Primeiramente é importante destacar que em qualquer situação e em qualquer nível de ensino, o ato de educar deve estar associado ao ato de cuidar, especialmente quando estamos se referindo a crianças pequenas.

Nós educadores e educadoras, precisamos estar conscientes do nosso papel de cuidá-las e educa-las, as atividades, os tempos, os espaços os materiais, as próprias crianças e as metodologias de trabalho devem ser organizados de modo que essas interações possam ocorrer de forma mais rica possível.

Podemos dizer que por necessidade motora, afetiva, cognitiva e da possibilidade de conquistar autonomia nessa fase da vida do sujeito, temos a responsabilidade de favorecer a apropriação de conhecimento, valores, procedimentos e atitudes e ao mesmo tempo promover o bem estar da criança, por meio de atendimento às suas necessidades básicas e relacionais com afetividade.

A perspectiva de cuidado e educação deve estar presente na proposta pedagógica permeando todas as ações desenvolvidas, ou seja, transformar essas ações de forma a se concretizar no cotidiano, definindo e fortalecendo o trabalho. É compromisso da escola junto com as famílias em relação as crianças o papel de educar e cuidar para que:

- Se sintam seguras, protegidas e saudáveis;
- Aprendam a respeitar o outro nas suas diferenças;
- Produzam, transformam e se apropriem, de forma crítica e autônoma, de linguagens, conhecimentos, instrumentos, procedimentos atitudes, valores, costumes e práticas da cultura em que estão inseridas, nesse mundo;
- Se sintam bem e felizes;
- Se desenvolvam na sua integridade, tanto nos aspectos cognitivos, quanto vida coletiva.
- Construam sua identidade e autonomia;
- Se sintam sempre desafiadas e não percam a relação prazerosa com a busca pela compreensão do afetivos, físicos, sociais, éticos e estéticos, contribuindo com sua formação. (Livro Currículo na Educação infantil)

No desenvolvimento do trabalho, é fundamental que o professor parta sempre dos direitos, das necessidades e dos interesses das crianças, procurando ouvi-las sempre e cada vez mais e estando atento a todas as suas formas de manifestação,

em todos os momentos de seu cotidiano, buscando conhecê-las melhor. Para tal é muito importante que sejam consideradas as formas privilegiadas das crianças aprenderem e se desenvolverem, de acordo com suas possibilidades e especificidades em cada momento de seu processo de formação humana é essencial que as crianças sejam sempre instigadas em sua curiosidade e em seu desejo de aprender e agir sobre o mundo, estabelecendo uma relação prazerosa com o conhecimento, que passa a ter sentido e significado para elas.

O professor deve ser aquele que ajuda as crianças a se inserirem, transformarem e produzirem cultura, assumindo o papel de mediador da aprendizagem, ajudando-as a refletir sobre o seu próprio processo de desenvolvimento/aprendizagem e sobre o mundo que as cerca e possibilitar que suas aprendizagens se façam entre si mesma, seus pares, propiciando interações diversas e fortalecendo a emergência de uma cultura infantil.

Na definição de estratégias podemos ampliar o uso dos espaços e materiais propiciando o contato com a natureza e com diferentes aspectos da cultura. Dessa forma conduzir a flexibilização dos tempos, ao respeito ao ritmo das crianças, ao encadeamento das ações e a proposição de atividades significativas de forma a levar o professor a um planejamento apoiado na observação dos interesses e necessidades das crianças e na avaliação cotidiana do trabalho.

Por tanto, a organização de trabalho de cuidar e educar dessas crianças deve ser intencional, o professor deve definir com clareza os objetivos do trabalho junto a elas e possibilitar um amplo leque de experiências que permita a elas produzir, transformar e se apropriar de saberes e conhecimentos sobre o mundo.

A própria rotina pedagógica deve compreender, de forma integrada, ações de cuidado e de educação da criança. Desse modo, é possível garantir uma das mais importantes práticas pedagógicas orientadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil: “experiências que possibilitem situações de aprendizagem mediadas para elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem estar.” (Livro Dia a Dia do Professor)

UMA ESCOLA PÓS PANDEMIA DE COVID-19

Sabemos que a escola não é mais a mesma. Tem crianças que não conheceram a escola antes, outras, começaram a estudar e tiveram que parar, esses dois anos de pandemia afetaram muito a saúde mental e o bem-estar dos alunos e também o desenvolvimento escolar. Temos alunos com problemas psicológicos, outros com dificuldade em aprender. Sabemos que foram tempos difíceis e provocaram muitas coisas ruins em nossas vidas. Hoje estamos correndo atrás do tempo perdido, buscando melhoras e cuidados psicológicos para atender essas crianças, pois, sem tratamento adequado pode provocar consequências. É preciso coordenar estratégias para recuperar danos e avanços no desenvolvimento dos alunos. (por Jeane Araújo dos Anjos, mãe de Beatriz, criança do Grupo 4, Escola Municipal Kimimo Boa Vista)

Em 2020 o mundo se viu diante de uma Pandemia de Covid-19 que obrigou escolas a serem fechadas passando a funcionar através do ensino remoto por quase dois anos, essa situação ocorreu porque era preciso o distanciamento social. Entretanto, a maioria das escolas, pais, professores, alunos e gestores estavam despreparados para enfrentar essa nova forma de ensino. O acesso à internet não era para todos, dificultando a comunicação entre escola e família.

O objetivo das aulas remotas era fortalecer os canais de comunicação com as famílias através de rádios locais, mídias sociais e material impresso de maneira gratuita e de fácil acesso, sem que elas precisassem sair de casa oportunizando a cada uma delas vivenciar as experiências (brincar em diferentes ambientes e de diferentes formas, ter contato frequente com a leitura e contação de história, observar em seu entorno e fazer perguntas, pesquisar, inventar...)

O projeto de Educação infantil em casa era formado por sete quadros gravados, editados e transmitidos semanalmente, seis vias internet e um via rádio, com conteúdo voltado para crianças de Educação Infantil de 1 a 5 anos de idade tendo como principal material de apoio o Referencial Curricular de Educação Infantil da rede municipal de Seabra.

Para as crianças que não tinham acesso à internet ou a rádio eram entregues quinzenalmente cartinhas com sugestões de brincadeiras, dicas de saúde, uma história impressa e outras propostas de atividades planejadas por cada escola.

Os quadros transmitidos através de mídias sociais eram, Professor Bugiganga, Nina investiga, Tá Cum Dum, Bom é Ser Criança, Por Trás das Cortinas Trazendo o Teatro e o quadro conversando com as famílias. O projeto Bom É Ser Criança continua fazendo parte da rotina.

No início de 2022, as escolas da rede Municipal começaram as aulas presenciais seguindo os protocolos de segurança, como distanciamento seguro entre as crianças, uso de álcool em gel, máscaras, instalações de pias e janelas para assegurar a ventilação nas salas e cuidados com os materiais, para que não fossem compartilhados entre os alunos.

Apesar das atividades na escola buscarem o retorno à normalidade, os estudantes que chegam ao ambiente escolar nesse momento são diferentes daqueles que foram para casa no início da pandemia.

As escolas se prepararam para receber os alunos não da mesma maneira como retornavam das férias, mas com uma experiência vivida que pode ter deixado diversos impactos negativos, não apenas na aprendizagem, mas no desenvolvimento sócio emocional causado pelo isolamento social e distanciamento escolar.

O primeiro ponto a ser pensado, era que no retorno os sentimentos deveriam ser acolhidos, e a maneira como isso seria feito era primordial para tudo o que viria depois. Diversos eram os motivos para o acolhimento, nossas crianças passaram por experiências de luto próximas a elas, de familiares, amigos e pessoas conhecidas, e as perdas vividas precisariam ser tratadas de maneira especial.

Sendo assim, a melhor forma de acolher os pequenos é ajudá-los a lidar com os próprios sentimentos, através de momentos de conversa, de escuta individual e coletiva.

Neste momento de dúvidas e insegurança é importante ter a família como aliada, essa aproximação é fundamental para que tudo fique bem, tanto em relação aos cuidados necessários para que a pandemia se mantenha controlada, como para que as questões emocionais das crianças possam ser trabalhadas.

Ainda há o medo do vírus, embora já exista vacina para a maioria da população, inclusive para as crianças a partir dos 3 anos de idade. O medo dos adultos influencia

diretamente as crianças, portanto teremos que lidar com níveis diferentes de ansiedade, pois as crianças trarão de casa toda uma bagagem do que vivenciaram e vivenciam desde o início da pandemia.

Outro ponto importante a ressaltar foi que a pandemia acentuou a diferença entre aqueles que tinham mais dificuldades de aprender; exigiu um novo educador, que precisou se reinventar, teve que se adaptar à novas tecnologias, novas metodologias, transformando-se. Agora é preciso estabelecer metas de aprendizagem diferentes para crianças com níveis de aprendizado diferentes.

A inclusão de todos na escola é um direito antes, durante e depois da pandemia.

RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA

A família é uma instituição que deve ser considerada como a estrutura da sociedade e como a preparação das gerações seguintes, constituindo hoje como um espaço importante no que se refere às relações sociais, pois faz com que as pessoas vejam o mundo com os olhos da verdade, passa também a ser um horizonte para o futuro do sujeito. Um núcleo familiar bem estruturado pode ser uma forte influência no processo de aperfeiçoamento da criança seja na vida pessoal, profissional ou escolar. Quando se refere a educação, pode-se salientar duas instituições de extrema importância nesse processo: família e escola, com um objetivo único de conduzir a criança corretamente para que se torne um adulto responsável com futuro próspero. Partindo dos princípios da Constituição Federal Brasileira (1988), é evidente que as duas instituições devem trabalhar de forma cooperativa, num processo de colaboração:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2003, p.122)

Nessa perspectiva fica claro que a escola e as famílias são importantes para o processo na formação do educando como cidadão crítico e pensante. Dada à relevância dessas duas instâncias para o processo ensino-aprendizagem e desenvolvimento dos alunos é que se deve pensar em propostas com o objetivo de desenvolver atividades a fim de integrar a família, sensibilizando pais e responsáveis sobre a importância da sua colaboração no processo educacional da criança.

O envolvimento dos pais na educação das crianças tem uma justificativa pedagógica e moral, bem como legal [...] Quando os pais iniciam uma parceria com a escola, o trabalho com as crianças pode ir além da sala de aula, e as aprendizagens na escola e em casa possam ser complementares mutuamente” (SPODEK; SARACHO, 1998, p. 167).

Dessa forma pode-se afirmar que a família é um estreito âmbito em que as pessoas podem vivenciar seus costumes, suas trocas, culturas e aprendem a importância de respeitar e ser respeitado. A escola, por sua vez, deve completar a tarefa da família aperfeiçoando o caráter e corroborando para as vivências sociais e

para que isso aconteça a escola deve promover ações educativas com o objetivo de inserir as famílias em seu âmbito.

Escola e família são instituições distintas, porém com funções complementares no processo de ensino aprendizagem do aluno, uma funciona com o auxílio da outra. Segundo Lópes (2002, p.77), para ter o conhecimento do processo educativo dos filhos, os pais devem ter um constante contato com os professores, tal conhecimento tornará mais eficaz e adequado à atuação escolar, no que se pretende desenvolver como parte do projeto educacional da escola. Para Castro e Regattieri (2009, p.13), é impossível compreender o aluno, sem considerar o contexto familiar que o mesmo está inserido, de igual modo é impossível dizer quem é o aluno sem conhecer suas circunstâncias sociais. Em nossa sociedade, a educação das crianças e dos adolescentes fica a cargo da família e da escola, estas são vistas como instituições socializadoras.

Segundo Piaget (2007, p.50) “toda pessoa tem direito à educação, é evidente que os pais também possuem o direito de serem senão educados, ao menos, informados no tocante à melhor educação a ser proporcionada a seus filhos.” Para isso a família deve estar imersa nos processos pedagógicos da escola e não apenas serem chamados à escola para receberem informações sobre os assuntos relacionados ao desenvolvimento dos filhos, mas também para participar ativamente, de forma colaborativa e democrática, com base em sua experiência de vida, seus talentos e saberes, sua herança cultural e suas habilidades, ampliando e enriquecendo o cotidiano das crianças, os projetos pedagógicos e a vida comunitária. É importante que eles presenciem ação dos pais na instituição e que reconheçam o valor que lhes dão a fim de alimentar a autoestima e o sentimento de pertencimento à comunidade.

Segundo a LDB, os profissionais da educação devem ser os responsáveis pelos processos de aprendizagem, mas não estão sozinhos nesta tarefa. A lei prevê a ação integrada das escolas com as famílias:

“Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

(...) VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

(...) Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

(...) VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

(...) II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

Portanto, cabe às duas instituições auxiliar o indivíduo no seu processo de desenvolvimento, sendo que um ambiente saudável, cercado de incentivos e boas relações, tende a fazer com que o aprendizado da criança seja positivo. Dessa forma, escola e família devem estabelecer relações de colaboração, em que a família possa agir como potencializadora do trabalho realizado pela escola, de forma a incentivar, acompanhar e auxiliar a criança em seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que a escola realize uma prática pedagógica que contribua na formação do ser crítico reflexivo, e que valorize a participação ativa dos pais no processo educativo, contribuindo assim, para a construção de uma sociedade transformada.

TRANSIÇÕES INTERNAS E EXTERNAS: COMPARTILHANDO REGISTROS, FAVORECENDO AS TRANSIÇÕES

A chegada das crianças à instituição é um momento de transição especialmente delicado para os profissionais, as famílias e as próprias crianças, cercado de expectativas e, muitas vezes, de receios. A infância é permeada de vários momentos de transição, desde o primeiro afastamento da criança de sua mãe, por exemplo, quando volta ao trabalho, mas um dos grandes marcos da transição em nossa vida é quando saímos da nossa casa, do nosso seio familiar para ingressarmos em uma instituição escolar, esse é sempre um momento muito importante na vida da criança e de sua família, como também no âmbito escolar.

Quando se inicia a vida escolar e durante todo o seu percurso há mudanças, há transições. Entretanto, a transição não é somente um período de mudança, mas também de continuidade. E, para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que as crianças já sabem e são capazes de aprender.

Em cada momento, é imprescindível o apoio da família e da equipe pedagógica, para que a transição seja feita de maneira leve e agradável, e para que a criança compreenda, desde cedo, que as mudanças são comuns e podem ser superadas com tranquilidade, principalmente quando algo bem familiar os acompanha no novo momento, no novo espaço.

Mas como oferecer condições de conforto e segurança as crianças e seus familiares neste novo ambiente o da instituição, qual o melhor caminho? Sem dúvida nesse momento, os registros, as documentações pedagógicas organizadas para esse fim, cumprem o importante papel de oferecer condições de conhecer essa criança e família que está chegando à escola e promover junto à família e as crianças o máximo de informações e a acolhida sobre a escola. Exemplos de registros iniciais sobre as crianças e famílias são as fichas instituídas no segmento de educação infantil no nosso município, a ficha de matrícula, que se constitui em uma entrevista com a família no momento da matrícula, com informações importantes para saber mais sobre os

gostos e preferências da criança, como identificar elementos importantes da sua vida cotidiana, conhecer essa criança e família que chega a instituição é a melhor forma de acolher em suas especificidades e individualidades. Documentos como RG, certidão de nascimento, cartão de vacinação, transferências, relatórios médicos ou de outras instituições, ajudam nessa primeira acolhida da criança e família.

Além das crianças que chegam às instituições pela primeira vez, temos outro momento de transição bastante delicado, é a passagem da criança oriunda da creche para a pré-escola, principalmente quando vinda de uma instituição que não pertence à rede deste município, o que dificulta o diálogo. É importante que a instituição anterior, como também a que a criança irá estudar, promova ações que evite rupturas, é necessário que se construa vias de comunicação entre os profissionais de educação e entre as propostas pedagógicas de ambas as instituições. O acolhimento às crianças e as famílias, de preferência, devem ser planejados em conjunto pelos educadores da creche e da pré-escola. Os instrumentos de avaliação, a documentação pedagógica organizada pelos profissionais de educação, são importantes registros para promover o conhecimento mas cuidadoso do grupo de crianças que a instituição estará recebendo. Também deve ser pensado alguns momentos de intercâmbio entre as crianças e familiares das duas instituições, encontros esses sempre mediados pelos profissionais das duas escolas de educação infantil. É fundamental que esse momento de encontro seja institucionalizado pelas escolas, dentro dos seus projetos pedagógicos, para que essas visitas e encontros tenham significado para as crianças e familiares. Devem ser momentos divertidos, de convivência prazerosa, na qual as crianças e as famílias recebam o devido cuidado e que possam perceber que são acolhidas com respeito e carinho.

As reuniões com familiares, são importantes estratégias para aproximar a família da escola e conhecermos melhor a cada dia a criança. Os encontros familiares que podem ser coletivos ou individuais, para os quais os responsáveis são convidados, com a finalidade de conhecer a instituição escolar, sua concepção pedagógica, concepção de criança e regras gerais da escola, facilita essa transição entre família e escola, promovendo a melhor adaptação e acolhida à criança e à família. Esses intercâmbios diminuem a ansiedade de todos os envolvidos no processo, durante esses encontros devem ser sempre apresentados os registros institucionais da escola bem como os organizados pelos professores e pelas crianças. Quando o objetivo da

reunião for sobre aspectos particulares observados pelos educadores, esses encontros deverão ser individuais com as famílias. Quanto mais a escola favorece a aproximação individual, as famílias se sentiram acolhidas e percebem que o interesse dos professores é conhecê-las melhor e as crianças.

A manter o diálogo e aproximação constante com a família é eixo fundamental do trabalho de acompanhamento e avaliação na educação infantil, esse diálogo entre família e escola, precisa ser intencional através de estratégias interessantes para o intercâmbio de informações e impressões sobre as crianças. Tivemos após o momento pandêmico, um instrumento de aproximação constante, que são os grupos de WhatsApp, esse instrumento de registro que pode ser compartilhado entre famílias e educadores contribui para estreitar os laços entre casa e instituição tornando o processo de acolhimento mais seguro e tranquilo para todos. Essa aproximação, esse compartilhamento de registros de observação com as famílias é fundamental para que as mesmas se sintam acolhidas e adquiram confiança no trabalho pedagógico, conhecendo assim aspectos do desenvolvimento das crianças que são muitas vezes desconhecidos, por outro lado as observações dos professores são enriquecidas com conhecimentos trazidos pelos familiares, por isso que além da troca de registros escritos, áudios, vídeos, fotos, é necessário ainda contatos periódicos para que essas trocas realmente se efetivem.

As transições também ocorrem no interior da instituição no decorrer do ano letivo ou ano após ano o retorno de férias, período afastados por doenças, mudança de turmas, turnos ou instituições de educação infantil, são mudanças que ocorrem com regularidade, então como acompanhar todas essas mudanças sem promover a ruptura, através dos registros de acompanhamento da prática pedagógica que precisam ser intencionais e claros, devem acompanhar as crianças no decorrer de todo o processo vivido por elas. Entre os profissionais que atuam em uma mesma instituição de educação infantil, os registros de acompanhamento das aprendizagens das crianças e das práticas pedagógicas, precisam ser compartilhados em encontros no decorrer do ano, nos quais será possível refletir sobre as observações registradas, documentadas para planejar novas intervenções. Além disso, quando as observações e registros são compartilhados com toda a equipe, todos conhecem melhor cada uma das crianças, o que favorece as transições que estas crianças poderão vivenciar dentro desta instituição de forma mais tranquila, dando condições de continuidade ao

trabalho realizado. Assim sendo, os encontros formativos não devem envolver apenas os profissionais que trabalham com um mesmo grupo ou faixa etária, para favorecer o diálogo entre os educadores é importante que todos os profissionais que atuam em diferentes grupos, estejam juntos, pensando em um trabalho coletivo com decisões compartilhadas, a responsabilidade sobre as aprendizagens e avanços de cada criança é obrigação de todos os envolvidos nesse processo.

Estes mesmos procedimentos devem ser adotados na transição entre educação infantil e ensino fundamental. A continuidade entre esses dois segmentos, ou seja, a passagem da Educação Infantil para o Ensino fundamental, tem na BNCC, a orientação específica para esse momento de transição:

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa (BNCC)

Durante a educação infantil a escola precisa ter atenção as demandas desta turma do grupo 05, já que como ocorre na maioria das escolas, geralmente o próximo segmento da educação básica é em outra instituição de ensino, ou outro prédio escolar. É importante o diálogo constante com as famílias, principalmente porque haverá mudanças significativas na programação pedagógica, nos ambientes no tamanho da turma e na escola como um todo, até mesmo o convívio com crianças maiores, caso não sejam cuidados com atenção pode provocar nas crianças e nos familiares apreensão e insegurança. Por isso, é importante também cuidar das interações e da formação de um novo grupo, nesse processo é importante incluir as crianças compartilhando com elas o momento vivido, bem como escutando as suas opiniões impressões e anseios.

O referencial curricular de educação infantil do município aponta algumas estratégias considerando a faixa etária, para a transição da educação infantil para o fundamental.

- Troca de informações entre as equipes durante a jornada pedagógica
- Acolhimento das famílias em reuniões formativas

- Antecipação do ano seguinte da finalização da educação infantil
- Rituais de despedida da educação infantil e de passagem para o fundamental

Os gestores dos sistemas de ensino e das instituições têm o importante papel de prover condições para o encontro entre os profissionais de uma mesma instituição e de diferentes instituições que atendem às crianças e às famílias. Cabe a eles incentivar práticas de integração entre os profissionais e as propostas pedagógicas das instituições que certamente se traduzirão na integração das práticas pedagógicas.

O município de Seabra preocupado com a transição entre a Educação infantil e o Ensino Fundamental, já realiza a alguns anos a aproximação dos professores da série inicial do fundamental com os professores da educação infantil, através de seminários envolvendo os educadores dos dois segmentos, bem como a participação do professor do primeiro ano, no conselho de classe final da educação infantil, no espaço da instituição da educação infantil, essas ações, possibilita o compartilhamento de saberes entre os dois segmentos.

O acolhimento as famílias através das reuniões formativas durante o ano letivo, participação em feiras e outras ações na escola que é seu filho irá estudar, também assegura bom processo de transição para essas crianças.

Os rituais de passagem, também merecem atenção no processo de transição, promover a ida das crianças da educação infantil às escolas de ensino fundamental de um mesmo bairro ou região, é um ótimo recurso para que elas possam se familiarizar com os ambientes e com as pessoas que as receberão num próximo ano. Atividades como essa podem ser planejadas especificamente com esse fim, mas também podem acontecer na forma de convites para a participação em festas, oficinas ou outros eventos promovidos pelas instituições.

As crianças devem ser envolvidas no planejamento dessas atividades, encorajadas a expor suas expectativas e receios com relação ao que encontrarão nas escolas e, em momento posterior à visita, expor suas impressões sobre o ambiente e as pessoas. Com base nas impressões e expectativas manifestadas pelas crianças, os

educadores poderão planejar atividades que favoreçam uma transição tranquila e segura da educação infantil ao ensino fundamental.

Outro fator determinante para a qualificação e acolhida das crianças durante a transição, são a organização da documentação pedagógica, considerando os objetivos de aprendizagem apontados para a primeira etapa da educação básica e permitindo um planejamento cuidadoso do período de acolhimento. Uma síntese dessas aprendizagens, estão no referencial curricular municipal de educação infantil no capítulo que trata da avaliação, na página 112, essa síntese pode ser compreendida como um balizador para o trabalho que foi desenvolvido na educação infantil, bem como pode subsidiar a elaboração de um documento de passagem, este documento apoia a elaboração de relatórios portfólios e orientações ao próximo professor do ensino fundamental, mesmo não sendo pré-requisito, essa síntese dar condições de orientar melhor o trabalho a ser desenvolvido com a criança no primeiro bimestre do ensino fundamental.

Durante o primeiro ano no ensino fundamental, a continuidade do aprendizado das crianças bem como, a rotina e as práticas pedagógicas precisam estar alinhadas com o que as crianças estavam acostumadas na educação infantil, a brincadeira e as interações devem continuar sendo eixo fundamental do currículo. Com o passar do tempo, as crianças serão apresentadas a outras experiências fundamentais na nova etapa escolar. Até mesmo a disposição das carteiras, os espaços de brincar e a jornada de horas na escola também são boas formas de fazer com o que as crianças se acostumem com a nova rotina de maneira apropriada, sem rupturas.

A ESCOLA QUE SONHAMOS

O plano de ação das escolas Kimimo Boa Vista e Joana Angélica é documento comum e alimentado a cada trimestre com as necessidades pedagógicas percebidas no dia a dia do trabalho no diálogo com as professoras e demais educadoras dessas escolas, mas também com a grande contribuição das famílias que participaram intensamente desse momento de (re)construção deste Projeto Político Pedagógico.

Aqui consideraremos como plano de ação os sonhos das famílias em torno da melhor escola, expresso no texto que recebemos de uma das participantes do grupo de trabalho do PPP, Thaís Alves de Oliveira

A escola que sonhamos

Conforme o tempo vai passando, as necessidades humanas vão mudando, as gerações vão se transformando e o que era adequado aos tempos passados, se torna ultrapassado nos dias atuais.

Os jovens de hoje têm culturas, costumes e atitudes bem diferentes de alguns anos atrás; as crianças (as chamadas “geração alpha”) são extremamente adaptáveis às novas tecnologias e têm necessidade de conexão virtual e interagir em redes sociais, são descendentes da era digital.

Pensando nisso, as escolas de hoje não podem seguir o modelo tradicional do século passado, por exemplo, existe a necessidade de adequar o modelo educacional às características atuais da sociedade.

A escola que sonhamos além de oferecer mais segurança e conforto nos espaços físicos e de transporte, qualidade na educação, na alimentação, precisa pensar muito além, promovendo a inclusão social, através da adaptação do ambiente escolar para receber crianças com determinadas limitações, promovendo debates e ações pedagógicas voltadas à promoção da diversidade de gêneros, raça, etnias. Ações ligadas às questões ambientais preservacionistas.

Entretanto para que o processo educacional e a mensagem cultural consigam prender a atenção das crianças de hoje, o ambiente ideal se assemelha ao vivenciado

pela maioria, pois existem inúmeras fontes de desvio de aprendizado (TV, celulares, etc).

A escola que sonhamos precisa disseminar a língua universal falada atualmente “o inglês”, pois sem acesso a esse aprendizado nossas crianças tendem a ser profissionais frustrados no futuro diante da concorrência avassaladora no mercado de trabalho, pois, não basta apenas ter um diploma de nível superior hoje em dia. Com o avanço tecnológico e a maior interação entre países, a comunicação comum se tornou essencial.

Sonhamos com uma escola que promova a arte, através da música, da dança, do teatro, para desenvolver as habilidades de comunicação, movimentação e a criatividade.

O ambiente escolar precisa ser adaptado à evolução contínua de nossa era, através da implementação de laboratórios de informática, monitores nas salas de aula e a difusão do modelo ideal de utilização da internet para usufruir dos seus recursos de aprendizado e interação saudável.

Por Thaís Alves de Oliveira, mãe de Vitória Valentina Alves Barbosa, Grupo 4, aluna da Kimimo Boa Vista.

O PLANO DE TRABALHO DAS CRIANÇAS

Em meio à gestão do tempo do ensino e da aprendizagem, muitos documentos são estruturados e utilizados em nossa rede. Um deles é o plano de trabalho. Este documento estabelece o tempo, as experiências de aprendizagem e desenvolvimento, o encadeamento entre elas e a forma de acompanhar a turma e a cada criança na escola. Este plano de trabalho tem como objetivo apontar o caminho que será percorrido durante o trimestre, por isso, tomamos a decisão em rede de compô-lo a partir das modalidades organizativas, abertas em situações didáticas com seus respectivos objetivos de aprendizagem, como também a forma como a avaliação ocorrerá durante um período de tempo.

Destaca-se que o plano de trabalho é uma construção flexível, mas não pode ser desarticulado. Cada situação liga com o trimestre anterior e deixa brechas para o próximo trimestre. Também é possível que o plano de trabalho considere o trabalho na progressão dos grupos, por exemplo: se trabalhamos com as situações nas quais as crianças implantam e implementam a biblioteca de classe, o que esperamos que elas façam e aprendam no primeiro e no segundo trimestre na turma de 3 anos? Que progressão terão, dentro dessa mesma proposta, no primeiro e segundo semestre na turma de 4 anos? Assim, sucessivamente, as propostas vão se aprofundando, garantindo um conhecimento maior dentro da continuidade, diversidade, criatividade e progressão de um período para o outro e de um semestre para o outro.

Evidencia-se que este plano de trabalho é responsável por abrir outros documentos de planejamento muito importantes: o plano diário e a rotina semanal (ou quinzenal ou mensal...).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1998.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Brasília: 2009.

_____. Ministério da Educação/Conselho Nacional da Educação/Câmara da Educação Básica. Parecer nº 20, de 17 de dezembro de 2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: 2009.

_____. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: 2009.

FERREIRO, Emília. O ingresso na escrita e nas culturas do escrito: seleção de textos de pesquisa. Tradução de Rosana Malerba. São Paulo: Cortez, 2013.

ICEP – Instituto Chapada de Educação e Pesquisa. Formação Interterritorial de Equipes Técnicas Pedagógicas. Especialista Prof. Dr. Giovana Cristina Zen. Agosto de 2022.

REFERENCIAL CURRICULAR ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS. Arranjo de Desenvolvimento da Educação – Chapada Diamantina e Regiões. Instituto Chapada de Educação e Pesquisa – 2020.

REFERENCIAL CURRICULAR ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO INFANTIL. Arranjo de Desenvolvimento da Educação – Chapada Diamantina e Regiões. Instituto Chapada de Educação e Pesquisa – 2020.

ZEN, G. C.; MOLINARI, M. C.; NASCIMENTO, A. C. As práticas cotidianas de leitura e escrita na escola como um direito da infância. *Práxis Educacional*, [S. l.], v. 16, n. 41, p. 255-277, 2020. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i41.7263. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7263>. Acesso em: 22 dez. 2021.

ZEN, Giovana Cristina; TEIXEIRA, C. M. D. . As relações entre formação, ensino e aprendizagem no contexto de práticas alfabetizadoras. LAPLAGE EM REVISTA, v. 4, p. 122-134, 2018. <https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/417> - acesso em 20 de nov de 2021.

ZEN, Giovana Cristina. As práticas sociais de leitura e escrita no contexto da alfabetização - Parte 01, 2020. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional) https://www.youtube.com/watch?v=QeXDJQOYF2c&list=PL-j3ABDw3-Qgpw6py4rkKlo1HRESvKL_4&index=7 – acesso em 05 de dez de 2021.

ZEN, Giovana Cristina. As práticas sociais de leitura e escrita no contexto da alfabetização - Parte 02, 2020. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional) https://www.youtube.com/watch?v=EDzPXxWZ-b4&list=PL-j3ABDw3-Qgpw6py4rkKlo1HRESvKL_4&index=5 - – acesso em 05 de dez de 2021.

Diretrizes Curriculares nacionais para Educação Infantil – 2010

Diretrizes Curriculares Municipais de Educação Infantil

Referencial Curricular de Educação Infantil – Prefeitura Municipal de Seabra

Livro o trabalho do professor na Educação Infantil (Zilma Ramos de Oliveira, Damares Maranhão, Ieda Abbud, Maria Paula Zurawwwski, Marisa Vasconcelos Ferreira, Silvana Augusto.

Livro Currículo na Educação Infantil (Fátima Salles, Vitória Faria)

CASTRO, J. M; REGATTIERI, M (orgs.). Interação escola-família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4807-escola-familia-final&Itemid=30192>. Acesso em: 15 jul. 2016

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC/SEF, 1996.

LÓPEZ, Jaime Sarramoni. Educação na família e na escola. São Paulo: Loyola, 2002.

PIAGET, Jean. Para onde vai à educação? Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

SPODEK, Bernard; SARACHO, Olívia N. Ensinando crianças de 3 a 8 anos. Porto Alegre: ArtMed, 1998.